



# intra muros

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



ISBN 978-85-63708-07-6



9 788563 708076

NOTAS SOBRE UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E TRANSFORMADORA





# intramuros

NOTAS SOBRE UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E TRANSFORMADORA

**Organização e Coordenação:**

Cícero Nogueira  
Ana Paula Degani

**Autores:**

Rede Emancipa Degase  
Grupo Preto de Psicologia Imárle  
Rede Crio - Rede de Associações para as Crianças do Rio

**Colaborador:**

Departamento Geral de Ações Socioeducativas

**Projeto Gráfico:**

Leandro Antony

**Revisão:**

Ana Paula Degani

Rio de Janeiro  
Curió Editora Social  
2019

**REALIZAÇÃO:**



**EM PARCERIA COM:**



**PATROCÍNIO:**



**Organizadores:**

Ana Paula Degani  
Cicero Nogueira

**Autores:**

Grupo Preto de Psicologia Imárle  
Rede Emancipa Degase  
Rede Crio - Rede de Associações para as Crianças do Rio

**Colaborador:**

Departamento Geral de Ações Socioeducativas

**Projeto Gráfico:**

Leandro Antony

# Intramuros

**NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE  
UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E TRANSFORMADORA**

**1º EDIÇÃO**

**CURIÓ EDITORA E CONSUL. EM PROJETOS SOCIAIS,  
RIO DE JANEIRO, ANO 2019**

**Instituto Terra Nova - ITN**

Rua Duque de Caxias, 190, sala 201 - Várzea, Teresópolis, RJ.  
[www.institutoterranova.org](http://www.institutoterranova.org)

ISBN 978-85-63708-07-6



9 788563 708076

**Intramuros:**

**Notas sobre experiências de uma educação libertária e transformadora.**

Rio de Janeiro, Editora Curió, ano 2019, 120 pp.

## nota da editora

A Curió Editora Social é a favor da liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento. Abraçamos a diversidade em todas as suas esferas e damos espaço, vez e voz para os que precisam que suas palavras ganhem força e alcancem o máximo de pessoas possível. Acreditamos que uma sociedade inclusiva, justa, igualitária e responsável é ponte para o futuro para todos que estão envolvidos na construção de uma país mais crítico e humanizado.

Dessa forma, as ideias e textos publicados nesse livro correspondem somente aos pensamentos dos autores, não correspondendo a política, missão, visão e valor da editora.



Copyright © Curió Editora Social, 2019.

[www.animacurio.com](http://www.animacurio.com)

[www.facebook.com/animacurio](https://www.facebook.com/animacurio)

## APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Esta é uma publicação que pretende ser uma continuação do processo dialógico e reflexivo, que foi abordado no livro anterior, sobre a situação dos adolescentes e jovens que estão em vulnerabilidade e risco social na cidade do Rio de Janeiro, como também nas possíveis e diferentes ações que estão sendo feitas por variadas instituições que auxiliam na mudança de paradigma desse público. A proposta é mostrar como instituições e atores sociais auxiliam na construção de uma nova visão de participação cidadã, dialogando com a situação dos jovens que se encontram no sistema socioeducativo. O livro I, intitulado como “Intramuros: notas e reflexões de uma juventude em cárcere”, abordou questões fundamentais para pensarmos saídas, perspectivas e desafios inerentes ao sistema e à juventude que luta as instituições prisionais e de medidas socioeducativas no Brasil. A proposta foi de mesclar a opinião de pesquisadores, ativistas sociais, acadêmicos e técnicos da socioeducação, para a criação de um documento que possui diversidade de olhares e vivências múltiplas sobre um mesmo tema.

A atual proposta também passeia por múltiplos olhares e falas sobre o mesmo assunto, porém não enfatizando somente os problemas, mas sim as saídas e soluções viáveis para se construir uma sociedade mais igualitária, justa, generosa e livre de estigmas. Sendo assim, esse livro compartilha experiências riquíssimas de instituições e atores sociais que enxergam a socioeducação não como uma medida punitiva apenas de privação de liberdade, mas sim uma oportunidade de se educar com sentidos, com perspectivas, com humanidade, considerando vários olhares, saberes, vivências e reflexões. Por isso, convidamos vocês, caros leitores, a refletir conosco essas experiências que trazem à luz discussões relevantes sobre a temática Socioeducação e seus meandros, pontuando que os desafios vão muito além da superlotação das unidades de internação apenas. A proposta aqui é a discussão, sem vendas e tarjas, sobre a atual realidade da nossa juventude que se encontra encarcerada e os seus respectivos desafios, despidos de

preconceitos e abertos a se pensar em ações educadoras significativas que realmente tenham representatividade e significado, possibilitando para esse jovem a oportunidade da reconstrução real de se ter “um Novo Horizonte”, cheio de caminhos, possibilidades e escolhas, para que mais do que ter oportunidade de participar da História da sociedade que ele faz parte, ele possa ter o direito de ser autor da sua própria história, sem tantos medos, restrições, violências e negações.

E como afirmava José Saramago, “as palavras proferidas pelo coração não têm língua que as articule, retém-nas um nó na garganta e só nos olhos é que se podem ler”.

*Por isso, leiam, sintam, reflitam conosco! Desfaçam esse nó na garganta junto com cada um de nós, porque sozinhos, não podemos caminhar mais!*

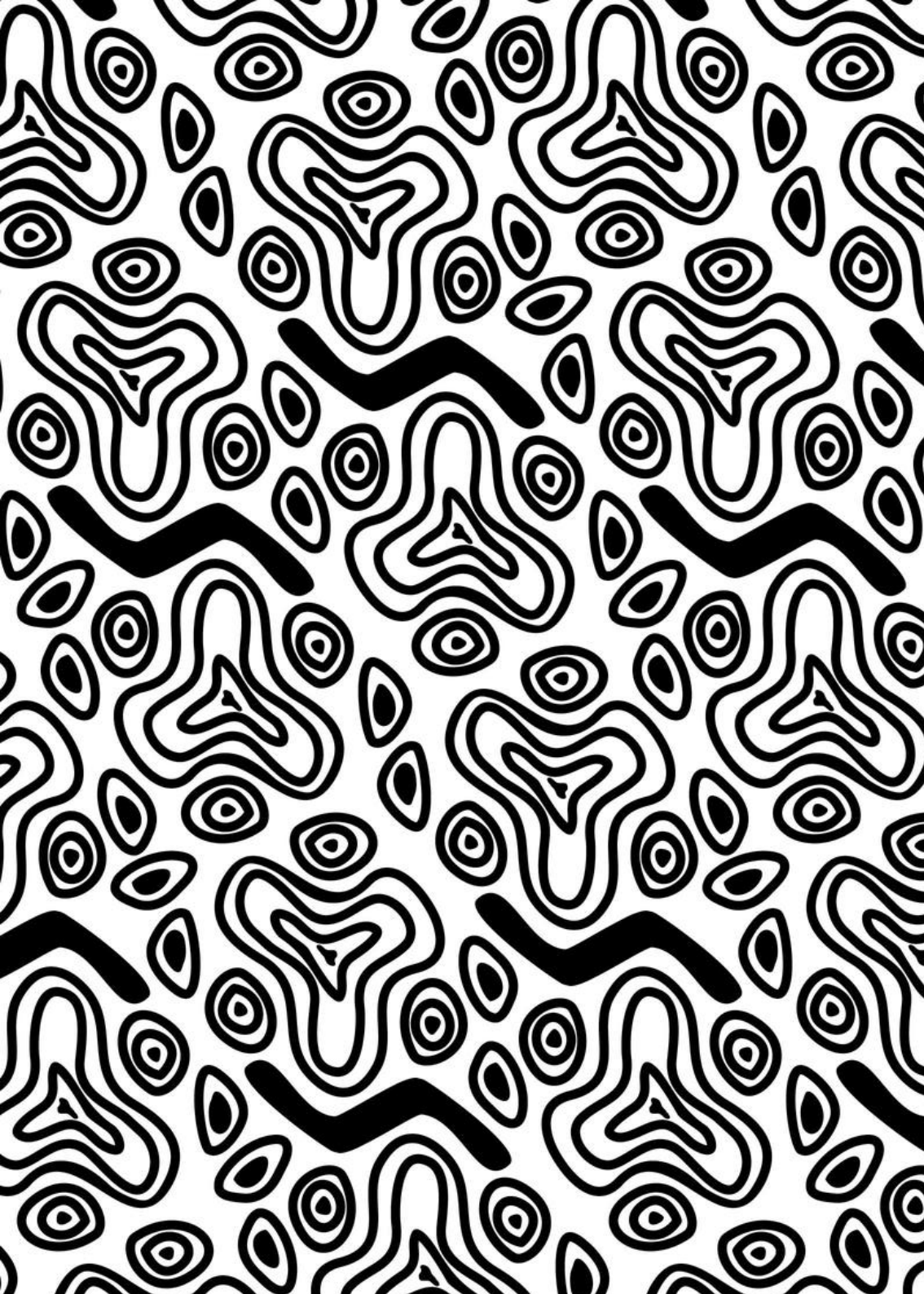
Ana Paula Degani

ATÉ QUANDO VOCÊ VAI FICAR USANDO RÉDEA?  
 RINDO DA PRÓPRIA TRAGÉDIA  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI FICAR USANDO RÉDEA?  
 POBRE, RICO OU CLASSE MÉDIA  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI LEVAR CASCUDO MUDO?  
 MUDA, MUDA ESSA POSTURA  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI FICANDO MUDO?  
 MUDA QUE O MEDO É UM MODO DE FAZER CENSURA  
 ( )  
 ACORDO, NÃO TENHO TRABALHO, PROCURO TRABALHO, QUERO TRABALHAR  
 O CARA ME PEDE O DIPLOMA, NÃO TENHO DIPLOMA, NÃO PUDE ESTUDAR  
 E QUEREM QUE EU SEJA EDUCADO, QUE EU ANDE ARRUMADO, QUE EU SAIBA  
 F A L A R  
 AQUILO QUE O MUNDO ME PEDE, NÃO É O QUE O MUNDO ME DÁ  
 CONSIGO UM EMPREGO, COMEÇA O EMPREGO, ME MATO DE TANTO RALAR  
 ACORDO BEM CEDO, NÃO TENHO SOSSEGO NEM TEMPO PRA RACIOCINAR  
 NÃO PEÇO ARREGO, MAS ONDE QUE EU CHEGO SE EU FICO NO MESMO LUGAR?  
 BRINQUEDO QUE O FILHO ME PEDE, NÃO TENHO DINHEIRO PRA DARI!  
 ESCOLA! ESMOLA!  
 FAVELA, CADEIA!  
 SEM TERRA, ENTERRA!  
 SEM RENDA, SE RENDA! NÃO! NÃO!  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI LEVANDO? (PORRADA! PORRADA!)  
 ATÉ QUANDO VAI FICAR SEM FAZER NADA?  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI LEVANDO? (PORRADA! PORRADA!)  
 ATÉ QUANDO VAI SER SACO DE PANCADA?  
 MUDA, QUE QUANDO A GENTE MUDA O MUNDO MUDA COM A GENTE  
 A GENTE MUDA O MUNDO NA MUDANÇA DA MENTE  
 E QUANDO A MENTE MUDA A GENTE ANDA PRA FRENTE  
 E QUANDO A GENTE MANDA NINGUÉM MANDA NA GENTE!  
 NA MUDANÇA DE ATITUDE NÃO HÁ MAL QUE NÃO SE MUDE NEM DOENÇA  
 SEM CURA  
 NA MUDANÇA DE POSTURA A GENTE FICA MAIS SEGURO  
 NA MUDANÇA DO PRESENTE A GENTE MOLDA O FUTURO!

ATÉ QUANDO VOCÊ VAI FICAR LEVANDO PORRADA?  
 ATÉ QUANDO VAI FICAR SEM FAZER NADA?  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI FICAR DE SACO DE PANCADA?  
 ATÉ QUANDO VOCÊ VAI LEVANDO...



Até Quando, de Gabriel, o Pensador



## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO DO LIVRO, 10**

Por: Ana Paula Degani

### **PARA ALÉM DOS MUROS: POR UMA NOVA IMAGEM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA, 14**

Por: Rede Crio (João Paulo Malerba e Rosangela Fernandes)

### **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO TRABALHO COM CRIANÇAS E JOVENS EM CACHOEIRAS DE MACACU RJ, 32**

Por: Rede Crio (Tatiana Horta, Ana Carolina Moreira, Mário Antônio da Silva, Vitória Dias Lima, Nathalie Horta, Patrick de Oliveira e Gabriela Viana Moreira)

### **A VIDA É DESAFIO: CAMINHOS PARA O (RE) DESCOBRIMENTO DA POTÊNCIA DE NEGROS MENINOS-HOMENS, 51**

Por: Grupo Preto de Psicologia Ímárale (Carolina Rodrigues de Faria, Dandara da Silva Rosa (Dandara Aziza), Nathália de Souza Nascimento (Ayana Sisi))

### **EMANCIPA DEGASE: EDUCAÇÃO POPULAR NA SOCIOEDUCAÇÃO, 68**

Por: Rede Emancipa Degase (Juliano Niklevicz Teixeira)

### **INTRA E EXTRAMUROS: A EDUCAÇÃO COMO UMA AÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO, 92**

Por: Instituto Terra Nova (Ana Paula Degani)

A black and white stencil of a girl in a dress reaching up towards a red heart on a concrete wall. The wall is textured and has several circular holes. The girl is on the left, and the heart is in the center. The text is on the right.

# PARA ALÉM DOS Muros:

**POR UMA NOVA IMAGEM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA**

Por: João Paulo Malerba e Rosangela Fernandes

O que se passa intramuros é consequência de uma realidade para além dos limites físicos e institucionais dos sistemas socioeducativos responsáveis pelos adolescentes em conflito com a lei. A partir dessa reflexão, propomos ao leitor uma análise sobre a situação de crianças, jovens e adolescentes, não a partir da realidade dos mesmos, mas sim da imagem retratada e consolidada pela mídia brasileira, buscando examinar detidamente a responsabilidade dos meios de comunicação na relação preconceituosa e pouco responsável estabelecida por diversos setores da sociedade em relação às novas gerações, especialmente aos mais pobres e negros. Foi essa reflexão que levou o projeto Radiotube Transmídia, desenvolvido pela ONG Criar Brasil, com patrocínio da Petrobras, através do programa Petrobras Socioambiental, a atuar na aproximação de comunicadores e integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto, em curso desde 2007, investe na mudança cultural em relação ao tema, estimula a produção de materiais midiáticos livres de dogmas e que objetivem a defesa de direitos, além de estruturar a primeira rede social exclusiva para a cidadania, o Radiotube <sup>3</sup>.

#### **COMO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI SÃO (RE) TRATADAS PELA MÍDIA?**

Nosso convite à reflexão se inicia com a análise crítica da mídia. Neste sentido, não podemos perder de vista que canais de rádio e televisão são concessões públicas. Isso significa que seus concessionários não podem dispor livremente de tais canais, mas, antes, estão obrigados a cumprir um conjunto de normas e diretrizes definido pela legislação brasileira. A Constituição Federal, em seu artigo 221, estabelece princípios a serem seguidos pelas emissoras de rádio e televisão, elencando como princípio primeiro a “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (I), além do “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (IV). Contra a violação de tais princípios, ainda obriga que o Estado estabeleça “os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão” (art. 220, § 3o, II) consideradas ofensivas (BRASIL, 1988).

<sup>1</sup> João Paulo Malerba é professor e jornalista, doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e integrante da ONG Criar Brasil.

<sup>2</sup> Rosângela Fernandes é jornalista, mestre em comunicação e coordenadora da ONG Criar Brasil.

<sup>3</sup> Rede social Radiotube. Disponível em: <https://www.radiotube.org.br/>. Acesso em 01 mai. 2019.

<sup>4</sup> Para ficarmos somente na legislação mais importante para a radiodifusão, o nosso Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) é de 1962, época em que o rádio era AM e a TV em cores fora recentemente lançada (BRASIL, 1962). Desde então, sucessivos governos já mencionaram a necessidade de sua modernização, tendo em vista as significativas e estruturais mudanças nas Comunicações, mas o poderoso lobby das empresas de radiodifusão, confortáveis com um marco ultrapassado e conservador, tem barrado tais tentativas.

Apesar disso, devido à falta de regulamentação dos artigos constitucionais; à caducidade das leis existentes <sup>4</sup>; à fraqueza ou ausência de fiscalização, e ao excessivo poder resultante da histórica e resiliente concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil<sup>5</sup>, as empresas de rádio e TV utilizam os canais com o objetivo primeiro do lucro, em detrimento de suas finalidades socioculturais e à margem dos direitos humanos. Inclusive dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Tais violações são facilmente observáveis nas programações de rádio e TV, mas um gênero particularmente poroso aos abusos são os programas “polícialescos”, aqueles destinados a narrar ocorrências sobre violências e criminalidades, normalmente fazendo uso de sensacionalismos, ridicularizações e desprezo aos direitos humanos. Por serem negativamente paradigmáticos, já foram objeto de análise acadêmica por mais de uma área do saber.

Na obra Populismo Penal Midiático, os autores Luiz Flávio Gomes e Débora de Souza de Almeida defendem que os meios de comunicação sobressaem entre os vários agentes do chamado populismo penal, compreendido aqui como um discurso que “explora o senso comum, o saber popular, as emoções e as demandas geradas pelo delito, assim como pelo medo do delito, buscando o consenso ou o apoio popular para exigir mais rigor penal, como suposta ‘solução’ para o problema da criminalidade” (CAETANO, 2016, p. 30). Dessa forma, dentre policiais, políticos, legisladores, juízes, agentes penitenciários, universidades e demais atores sociais empenhados no populismo penal, seria a mídia o seu principal propulsor. As emissoras, jornalistas e programas que o protagonizam propugnam “pela preservação da ordem social, pela divisão da sociedade em pessoas decentes, de um lado, e criminosas, de outro, criminalização de agentes estereotipados etc.” (GOMES e ALMEIDA, 2013, p. 99), desconsiderando quaisquer explicações mais estruturais para a violência e criminalidade: não há um questionamento sobre as injustiças sociais, sobre a legitimidade da presente ordem social e econômica ou sobre as raízes históricas das desigualdades. Suspeitos são julgados ao vivo, normalmente por um jornalismo justiciero - que “possui capacidade de voo próprio e às vezes atua paralelamente à Justiça oficial” (p. 106), competindo “com o sistema legal sancionador, investigando, acusando, julgando e condenando moralmente o desviado” (p. 107).

<sup>5</sup> Levantamento do Media Ownership Monitor Brazil (MOM - Brasil) aponta que, entre 10 países analisados, o Brasil se destaca pela concentração de audiência - apenas quatro grupos de mídia são responsáveis por 70% da audiência nacional - e pela prática da propriedade cruzada de meios. O estudo é realizado pela seção alemã da organização internacional de direitos humanos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em parceria com organizações locais, tendo o Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social como realizador da pesquisa brasileira. Disponível em <https://brasil.mom-rsf.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

desviado” (p. 107). As estratégias são diversas: desde o “uso de agentes infiltrados e de câmeras ocultas para a busca da verdade (ainda que esses meios sejam muitas vezes ilícitos)” (p. 110); passando pela “exploração de trajetórias suspeitas, ou seja, o passado da pessoa o condena” para um jornalista que não precisa de provas, mas meramente de evidências (p. 111); chegando à humilhação midiática, ingrediente essencial do espetáculo da justiça midiática em que “não basta condenar, é preciso debochar, esculhambar, humilhar” (p. 112). Por prescindirem de qualquer análise social e econômica, suas câmeras eloquentes e seus repetidos close-ups apenas reforçam os preconceitos de classe e raça que estruturam uma sociedade marcada por séculos de escravidão e desigualdades sociais. No limite, chegam a advogar pelo próprio fim do Estado democrático de direito, eliminando direitos e garantias constitucionais e internacionais. Um dos principais arbítrios perpetrados por esses agentes é a violação da presunção da inocência e o “valor das garantias do devido processo legal, por exemplo, é frequentemente contestado pelo populismo penal midiático” (p. 114). Por fim, cabe apontar a lucratividade desses programas, frequentemente batendo recordes de audiência<sup>6</sup> e não raro sendo os mais assistidos dentre os programas jornalísticos de suas respectivas emissoras<sup>7</sup>. Trata-se de uma lógica circular, impulsionada pelo desejo punitivista e o medo orquestrado na opinião pública. Como apontam Gomes e Almeida, “desde que a mídia se apoderou do rentável e lucrativo discurso criminológico o assunto nunca mais saiu da pauta do cotidiano da TV, dos jornais etc. (...) De acordo com o Ibope, em 21 anos (de 1989 a 2010), a segurança pública saiu das últimas colocações nas preocupações dos brasileiros (em 1989) para ocupar o segundo lugar (em 2010) – de 15% passou para 42%” (2013, p. 104). Tendo como foco tais programas, uma análise realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos trouxe indícios de uma situação de violação sistemática de direitos por parte dos canais de rádio e TV no Brasil. Entre os dias 2 e 31 de março de 2015, foram analisados 28 programas policiais produzidos em dez capitais do Brasil: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Apenas nesses trinta dias, verificou-se que “narrativas de rádio e TV promoveram 4.500 violações de direitos, cometeram 15.761 infrações a leis brasileiras e multilaterais e desrespeitaram 1.962 vezes normas autorregulatórias” (VARJÃO, 2016, p. 6). Especificamente quanto ao nosso recorte, foram 78 violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei 8.069/90) (p. 8). Um triste episódio emblemático foi “o caso do estupro de uma menina de 9 anos, exposto pela emissora cearense TV Cidade, afiliada da Rede Record, em 2014. Sem qualquer cuidado com a preservação da imagem e da identidade da criança e de seus familiares, as cenas da violência foram exibidas repetidamente pelos



exibidas repetidamente pelos programas ‘Cidade 190’ e ‘Cidade Alerta’, como atração de programação” (p. 27). Ainda que esse tenha sido um caso extremo e cuja visibilidade chegou a levantar críticas na opinião pública, não se trata nem de exceção nem resultou em quaisquer mudanças de rumo no gênero, que segue violando direitos, particularmente de crianças e adolescentes. Quando consideramos a faixa etária daqueles/as que tiveram seus direitos violados em tais programas, a pesquisa revela que quase 10% eram crianças (0 a 11 anos | 0,7%) e adolescentes (12 a 17 anos | 8,7%). Se somarmos o montante de jovens (18 a 29 anos | 41,8%), temos que a maioria das vítimas do sensacionalismo policial eram não adultos. O principal tipo de violação (88,4% das ocorrências) foi a exposição indevida de pessoas, quando há constrangimento público e exposição ao estigma social de pessoas, vítimas ou não de violência. Um exemplo é o supracitado caso de identificação da vítima de violência sexual, no caso, uma criança. Em segundo lugar (82% dos casos), está o desrespeito à presunção da inocência, como dissemos, uma violação constitucional, tratando o suspeito como culpado, sem que tenha havido o julgamento pelas autoridades competentes.

Além das citadas, outra violação comum (13,4% das ocorrências) foi a exposição indevida de famílias, quando a dor e o sofrimento humano dos familiares das vítimas ou dos suspeitos são explorados com imagens e entrevistas de

tom sensacionalista. Isso viola várias normas que buscam proteger os direitos daqueles/as que estão relacionados à ocorrência policial. Quando se trata de crianças e adolescentes, essa violação vai de encontro ao artigo 16 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que prevê a “proteção da privacidade. As crianças têm direito à proteção contra a intromissão em sua privacidade, família, lar e correspondência, bem como contra a difamação e a calúnia” (BRASIL, 1990b).

Reforçando os estigmas raciais já tão enraizados em nossa sociedade, uma análise étnica dos personagens que tiveram seus direitos violados aponta que a maioria (62,7%) era preta e parda (VARJÃO, 2016, p. 81). Porém, as crianças e os adolescentes não têm seus direitos violados pelos programas policiais somente na tela de TV. Cabe apontar que a maioria das produções “é exibida no horário de almoço, entre 11 e 14 horas, e no período da tarde, entre 14 e 18 horas” (p. 21), ou seja, em horários não protegidos pela classificação indicativa, facilmente expondo crianças e adolescentes aos seus conteúdos, com cenas reais de violência. Ainda que não seja o único fator a influir na sua personalidade, “a exposição contínua a cenas de violência física na fase infanto-juvenil poderá interferir na construção de diferentes configurações afetivo-cognitivo-sociais da personalidade e afetar a saúde mental [...]. Muitas vezes, tal exposição eleva o nível de hostilidade e isolamento relacional, podendo se materializar no estabelecimento de vínculos vivenciados no seio familiar e comprometer principalmente suas futuras relações com o mundo”, é o que alerta a psicóloga Maria Luiza Moura Oliveira (apud VARJÃO, 2016, p. 38). Por fim, as violações não somente têm como alvo crianças e adolescentes, dentro e fora dos noticiários, mas também ataca os marcos legais que procuram protegê-los. Dentre as normas mais lembradas nos programas policiais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a segunda mais citada. Porém, a pesquisa identificou que a ampla maioria das narrativas (63%) o considera um retrocesso (p. 101), principalmente por proteger crianças e adolescentes em conflito com a lei. Com isso, não causa estranhamento que uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, no final de 2018, tenha identificado que 84% apoiam a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, sendo que 67% desses defendem que isso seja aplicado a qualquer crime<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Disponível em <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/audiencia-da-tv/2019/03/audiencia-da-tv-11-03-cidade-alerta-bate-recorde-de-audiencia>. Acesso em 23 de jul. 2019.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/programas-policias-perdem-audiencia-por-escandalizar-menos,90deb998aaa8fefbbf0f0594709ba61b18kmhe8.html>. Acesso em 23 de jun. 2019.

<sup>8</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 23 de jun. 2019.

## POR OUTRO OLHAR MIDIÁTICO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em busca de estimular a comunicação em outras bases, considerando o respeito, a ética e uma prática de valorização da cidadania, o Radiotube Transmídia, realizado pelo Criar Brasil com patrocínio da Petrobras através do programa Petrobras Socioambiental, articula uma rede nacional de comunicadores populares e integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente em defesa dos direitos humanos. O projeto se desenvolve em várias vertentes, entre elas, a produção de áudios e vídeos, a realização de oficinas e a criação e o desenvolvimento da rede social Radiotube, exclusiva para temas ligados à cidadania. Neste contexto, a abordagem da temática dos jovens em conflito com a lei é presente e abordada sob ótica que, conforme assinalado anteriormente, busca evitar preconceitos e estereótipos, habitualmente reverberados na mídia. Desconstruir mitos sobre os direitos das crianças e adolescentes e abrir espaço para a fala de pessoas comprometidas com a garantia desses direitos é um dos desafios enfrentados. O Radiotube Transmídia é uma experiência criada em 2007 com a Rede de Cidadania nas Ondas do Rádio, que foi iniciada com foco na comunicação radiofônica e se expandiu para o audiovisual e também para a internet.

## COM QUEM DIALOGAMOS?

As ações se desenvolvem tendo como foco três públicos distintos: o de produtores de conteúdo, o de integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos e a população em geral. Os produtores de conteúdo englobam comunicadores, jornalistas, radialistas, responsáveis por blogs e sites que são convidados a refletir sobre a responsabilidade de suas ações comunicativas e o papel a ser desempenhado em defesa da cidadania, à medida que se encontram em espaço privilegiado de comunicação, alcançando público amplo e diverso. Programas e pequenas produções de rádio, de TV, comentários, postagens na internet, imagens e abordagens apresentadas têm amplo potencial de influência junto ao público e podem ser determinantes nas ações cotidianas de seus ouvintes, telespectadores e leitores. A análise e a tomada de consciência, que parecem óbvias, têm se mostrado absolutamente necessárias e pouco exploradas por parte significativa dos comunicadores envolvidos nas ações do projeto. A dinâmica acelerada da comunicação, as múltiplas funções exercidas por esses profissionais, os conceitos previamente formados, levam à repetição das informações equivocadas e cristalizadas no imaginário pela mídia hegemônica, muitas vezes de forma acrítica e, em alguma medida, irresponsável.

A criação de espaços de reflexão, no caso do projeto Radiotube, concretizados pelas oficinas de comunicação realizadas em todas as regiões do país, tem o objetivo ousado de mexer nessas estruturas e alterar o fazer da comunicação, levando em conta as realidades e culturas locais, o que é viabilizado pela metodologia que integra os produtores de conteúdo com atores do Sistema de Garantia dos Direitos. Esses integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – professores, educadores populares, conselheiros tutelares e de direitos, integrantes de ONGs e de órgãos públicos incumbidos da atenção à infância e à juventude – são estimulados a refletir sobre o papel da mídia no fortalecimento ou no entrave aos avanços necessários. A leitura crítica da mídia, com dinâmicas que estimulam a reflexão sobre a forma como crianças são abordadas em produções jornalísticas, de entretenimento, em comerciais e, diante da nova realidade comunicacional, também nas redes sociais, é fundamental para que se compreenda o desafio a ser enfrentado. O imbricamento de criminalização e preconceito é alvo de reflexão. Um exemplo é a análise de programas policiais de TV, que cumprem papel preocupante, conforme abordado anteriormente. Nas oficinas, exemplos da discrepância do tratamento de um jovem de classe média acusado de tráfico e de uma criança pobre acusada de assalto leva a debate profundo sobre a seletividade da mídia, o reforço de estereótipos, a exposição de crianças e, ainda, a insensibilidade por parte de jornalistas. Na reportagem apresentada para reflexão, o repórter, ao entrevistar um menino de 12 anos, negro, com os pés descalços, detido com uma arma, pergunta sobre os pais dele. O menino responde dizendo que a mãe foi morta pelo pai, que foi assassinado por traficantes. O jornalista não esboça nenhuma reação e termina a reportagem ressaltando que o adolescente não se arrepende do que fez, apontando-o como um perigo à sociedade. Ele é apresentado como “menor”, enquanto na matéria sobre o rapaz de classe média, branco, não há a utilização de nenhum termo adotado comumente quando da prisão de moradores de comunidade. A referência é a um “playboy jovem de família rica” e, na foto que ilustra a reportagem, ele não está detido, mas posando para uma selfie, em pose sensual. Além das diferenças de abordagem, as violações presentes na tela são flagrantes e embasam a discussão sobre a necessidade premente de se avançar na cobrança de responsabilidade por parte da mídia. Elas atentam contra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei 8.069/90) que, no Artigo 247, dispõe:

*Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:*

*§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente*





Dessa forma, o projeto visa aprofundar a percepção de que há espaço de intervenção para evitar que os equívocos midiáticos se repitam através da consciência de seus impactos, além de estimular a produção própria de instituições comprometidas com a temática, buscando assim realizar contraponto com a visão muitas vezes preconceituosa e elitista dos grandes grupos de comunicação. O avanço tecnológico permite acesso a dispositivos que possibilitam a produção de fotos, vídeos e podcasts com baixo custo. As oficinas de comunicação do Radiotube Transmídia exploram as possibilidades de produção com utilização dos smartphones e apresentam programas gratuitos disponíveis, buscando estimular o protagonismo dos defensores dos direitos da criança e do adolescente na elaboração de conteúdo, divulgação de seus projetos e bandeiras. Nos eventos, esses educadores encontram espaço de exercitar não só as técnicas apresentadas, mas também de compartilhar suas experiências e pontos de vista com os comunicadores presentes. São inúmeros os relatos apresentados nos eventos que nos colocam diante dos enormes desafios a serem enfrentados. Em oficina realizada no Nordeste, o depoimento de uma conselheira tutelar durante o debate sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes apresentou ao grupo a dificuldade de mudar a realidade local diante de uma cultura em que os pais se sentem no direito de ter a primeira relação sexual com suas filhas, ainda meninas, como um privilégio da iniciação sexual que

não pode ser concedido a outra pessoa. O relato do estupro aceito socialmente leva à compreensão de um quadro nacional que, conforme apontado por pesquisa do Ministério da Saúde, indica que a violência sexual se dá dentro de casa em 69,2% dos casos registrados<sup>9</sup>. Na oficina da região Norte, em 2015, a influência cultural em sua complexidade se mostrou através do relato da utilização da lenda do boto rosa, presente até os dias atuais, como justificativa por homens que engravidam jovens da região. O caso foi abordado em produção radiofônica realizada pelos participantes do evento, numa dramatização de abertura de spot informativo, depois divulgado em emissoras de rádio, que explorou também outros símbolos regionais como a mãe d'água<sup>10</sup>. Já em 2019, conselheiros tutelares presentes na oficina da região Nordeste, realizada em Ipojuca, Pernambuco, debateram as dificuldades em atender crianças e suas famílias atingidas diretamente pela pobreza e crescimento do consumo prejudicial de drogas ilícitas. Uma conselheira tutelar relatou a intervenção do Conselho no caso de uma avó que solicitou ajuda após identificar que sua neta estava sendo oferecida pelos pais como pagamento de dívida com traficantes de drogas. Os participantes da oficina debateram a profundidade do desamparo dos envolvidos e produziram uma campanha radiofônica que estimulava o acionamento dos conselhos como canal de denúncia para evitar casos semelhantes. A violência sexual, física e emocional, que, em muitos casos, contribui para o afastamento de crianças de suas famílias e tem como uma das consequências a dura realidade de encarceramento da juventude brasileira, é abordada também nas produções de vídeo realizadas nas oficinas. A violência psicológica foi tema de produções que revelam a pressão sofrida pelas crianças e suas consequências na vida adulta, como é possível verificar na produção “Violência doméstica: crianças também são vítimas”, realizada com poucos recursos, produzida e editada em aplicativo gratuito para celular<sup>11</sup>. Os materiais elaborados conjuntamente nas oficinas por comunicadores e integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente buscam propiciar a experiência de produção coletiva, exercício das técnicas de produção e, especialmente, a abordagem responsável do conteúdo. Apesar de a metodologia não ter como objetivo o produto final, mas foco no desenvolvimento do processo, diversos materiais são postados em redes sociais e veiculados em emissoras comunitárias, públicas e comerciais de pequeno porte.

<sup>9</sup> Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em 09 jun. 2019.

<sup>10</sup> Radionovela Oficina Radiotube Região Norte. Disponível em: <https://www.radiotube.org.br/audio-23GkrvTL3Kz> Acesso em 02 jun. 2019.

<sup>11</sup> Radionovela Oficina Radiotube Região Norte. Disponível em: <https://www.radiotube.org.br/audio-23GkrvTL3Kz> Acesso em 02 jun. 2019.



Dessa forma, as ações alcançam público mais amplo. E é visando esse diálogo com a população – principalmente pais, responsáveis e educadores – que o projeto contempla também a produção de materiais inéditos de rádio e vídeo. Na etapa 2018/2019 do Radiotube Transmídia, já foram abordadas dez temáticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente em vídeos de dez e dois minutos, além de produzidos cinco vídeos de ficção. Os podcasts contemplaram 20 temas. A questão dos jovens em conflito com a lei foi aprofundada na abordagem do projeto Um Novo Horizonte<sup>12</sup>. Dando voz aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o audiovisual aborda as condições que os levaram à situação atual, com foco nas dificuldades de romper as barreiras impostas pelo preconceito e a falta de oportunidades. A produção demonstra as oportunidades de capacitação que eles encontram ao cumprirem medidas socioeducativas, em contraste com a falta de oferta de formação fora do sistema. Os depoimentos dos educadores envolvidos no projeto contribuem para jogar luz na limitação no trato com esse público envolto em carências estruturais e emocionais. O vídeo, em versão de dez e dois minutos, foi postado no Radiotube e no YouTube e disponibilizado para as emissoras de TV da rede do Criar Brasil, composta por veículos comunitários, universitários, públicos e comerciais. A produção busca apresentar um novo olhar sobre a questão se dedicando a pensar os jovens também para além de suas limitações, abordando sonhos e expectativas, como se daria com qualquer jovem de classe média, em contraponto ao enfoque habitual da mídia hegemônica, conforme abordado anteriormente.

## DOS DESAFIOS

Mudar a realidade não é uma tarefa simples, nem para poucos. Levar informação e estimular a reflexão são passos importantes, mas não resultam necessariamente em mudança do comportamento. No entanto, compreender, elaborar, ter acesso a produções que se contraponham ao modelo tradicional são elementos para a construção de um ambiente propício à transformação. Nas etapas cumpridas até aqui, o projeto Radiotube contabiliza a participação de mais de 500 comunicadores, integrantes de projetos sociais e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de todas as regiões do país nas oficinas. A rede social pioneira e exclusiva para a cidadania reúne mais de 7.300 integrantes, um público qualificado e comprometido com a defesa de direitos. A equipe do Criar Brasil já produziu e distribuiu para emissoras de rádio 36 programas jornalísticos, 36 radionovelas, 80 spots e 60 reportagens. As produções em vídeo somam 45 vídeos de dez minutos e 35 spots de dois minutos sobre temas ligados à cidadania.



Temos consciência de que essas são sementes plantadas com a esperança de que a realidade brutal da mídia possa ser alterada no futuro. E que, em tempos de avanço tecnológico que levam à ruptura dos papéis de produtor e de receptor de informação, a apropriação de técnicas de produção aliada à consciência crítica sobre o que queremos comunicar, nos ajudem a fazer com que as telas passem a espelhar um mundo menos preconceituoso, e que elas não se constituam como uma barreira para o enfrentamento da desigualdade, mas como vetores dessa mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990a. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990b. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- CAETANO, F. R. *Espectacularização do processo penal e as consequências do populismo penal midiático. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) - Faculdade de Direito, PUC-RS. Porto Alegre, 2016.*
- GOMES, L. F.; ALMEIDA, D. S. *Populismo Penal Midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico.* São Paulo: Saraiva, 2013.
- VARJÃO, S. *Guia de monitoramento de violações de direitos.* V.3. Distrito Federal: ANDI, 2016.





# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

e sua contribuição socioambiental  
no trabalho com crianças e jovens em  
Cachoeiras de Macacu, RJ.

"A criança que convive com o meio natural e desenvolve afinidade em relação à natureza aprecia e zela pelo mundo à sua volta, porque o respeita e o reconhece como seu ambiente de pertencimento."  
(The Journal of Developmental Processes, 2009)

POR: TATIANA HORTA, ANA CAROLINA MOREIRA, MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA,  
VITÓRIA DIAS LIMA, NATHALIE HORTA E PATRICK DE OLIVEIRA.  
REVISÃO: GABRIELA VIANA MOREIRA.

## A Educação Ambiental e os ODS da Agenda 2030

O desenvolvimento sustentável é o objetivo mais decisivo da relação “homem-natureza”. O conceito de Educação Ambiental limitava-se à proteção dos ambientes naturais (a seus problemas ecológicos, econômicos ou valores estéticos), sem considerar as necessidades dos direitos das populações associados com esses ambientes, como parte integral dos ecossistemas. A Educação Ambiental, no contexto escolar, não deve ser implantada como disciplina específica, mas incluída em todas as oportunidades de ensino, como um processo transversal. Com isso, deve se estender para fora das instalações escolares, de modo a considerar o ambiente em suas múltiplas dimensões. A “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é um plano de ação criado em 2015, para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Em sua criação, considerou-se o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos no ano de 2000. Ela é o resultado da reunião de representantes dos 193 Estados-membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Em tal oportunidade, reconheceu-se que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o Desenvolvimento Sustentável. Com essa finalidade, os países firmaram o compromisso de adotarem medidas ousadas e transformadoras nos próximos 15 anos. No plano da Agenda 2030, estão indicados 17 ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com suas 169 metas associadas, para erradicar a pobreza e promover vida digna no contexto global. São objetivos e metas claras, para que todos os países cumpram de acordo com suas próprias prioridades. Além de aturem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Os 193 Estados-membros da ONU, atuando em parceria colaborativa, têm implementado este compromisso, a fim de libertar a raça humana das mazelas da pobreza, da privação, das desigualdades e, dessa forma, culminar na proteção do nosso planeta. Nesse sentido, a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), com o patrocínio Petrobras, promove o projeto Guapiaçu Grande Vida, que atua em duas linhas para a educação ambiental. Essas ações são: o fortalecimento do Programa de visitaçãõ à RPPN REGUA (Reserva Particular do Patrimônio Natural da Reserva Ecológica de Guapiaçu) e o desenvolvimento do Programa Piloto de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PPMRH). Por meio dessas atividades tem sido possível atingir algumas das metas da Agenda 2030, relatadas nos respectivos ODS. Podem ser citadas, assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4), tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes

e sustentáveis (ODS 11) e promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ODS 16).

Por meio do Programa de visitaçãõ à RPPN REGUA, os visitantes são sensibilizados a um novo olhar para o ambiente. A visitaçãõ ocorre na trilha Grande Vida, localizada em uma antiga área de pasto, reflorestada há 15 anos. Hoje, depois da açãõ de restauraçãõ ecossistêmica pelo homem, ela se transformou numa incrível área alagada com uma exuberante biodiversidade. Atualmente, as mídias veiculam notícias negativas relacionadas as condições do ambiente, isso acaba deixando a juventude desacreditada sobre o futuro do planeta. Portanto, mostrar aos estudantes, em sua maioria crianças e adolescentes, que o homem também pode realizar impactos ambientais positivos é fundamental para resgatar a esperança nas ações ambientais futuras. Isso corrobora em atingir a meta 4.7 do ODS 4, garantindo que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. A trilha Grande Vida na REGUA é a primeira da região com um trecho com acessibilidade. Permitindo assim, que pessoas com deficiência de todas as idades possam percorrê-la. Essa açãõ atende a meta 11.7 do ODS 11, que objetiva proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. No Programa Piloto de Monitoramento dos Recursos Hídricos, estudantes do Ensino Médio de escolas públicas do município foram selecionados e capacitados. Após essas etapas, puderam realizar coletas e análises de água em 12 pontos de três rios da região, a saber, rio Boa Vista, rio Macacu e rio Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu. Essa açãõ tem se mostrado com grande potencial como ferramenta de Educação Ambiental, uma vez que contribui para a mudançã de postura dos jovens, em relaçãõ as questões ambientais e influênciã da açãõ humana. Além disso, ao percorrer os pontos de coleta, os estudantes têm a oportunidade de conhecer o município em que moram. Não se restringe ao ponto de vista geográfico, como também culturalmente. Um exemplo é a visita as ruínas da Igreja de São José da Boa Morte. Por meio dessas saídas de campo, há o estímulo ao sentimento de pertencimento, importante para que atuem na proteçãõ do local onde moram. Esse programa também resgata a autoestima de cada um deles, transformando as suas vidas. Essa açãõ atende a meta 4.7 do ODS 4, por meio da educaçãõ para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoçãõ de uma cultura de paz e não violênciã, cidadania global e valorizaçãõ da diversidade cultural e da contribuiçãõ da cultura para o desen-

volvimento sustentável. Outra meta atendida é a 13.3 do ODS 13, melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima. Por fim, mais uma meta da Agenda 2030 presente nessa atividade é a 16.7 do ODS 16, que contribui para garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis, na medida que contribui para a formação de jovens mais interessados e atuante.

## A visitação escolar como integração das crianças com a natureza

O desenvolvimento de estratégias com o objetivo de viabilizar o aprender ao ar livre é fundamental, ao favorecer os vínculos sociais de colaboração e empatia. Uma avaliação do desenvolvimento educacional no sentido de rever os espaços, as práticas, a organização, as rotinas e o tempo escolar, reconhecendo no valor do aprender com a, e na natureza um dos elementos centrais de uma educação vinculada com a própria vida. O termo vivências com a natureza, ainda que amplo, tem um significado muito específico. Ele pressupõe atividades estruturadas desenvolvidas em grupo ou individualmente, com o objetivo de ampliar a percepção sensível das pessoas em relação à natureza, contribuindo na formação de vínculos e no desenvolvimento interno. Essa é base da proposta de visitação escolar na REGUA.

O Programa de visitação à REGUA foi inspirado na proposta de trabalho “Vivências com a Natureza”. Esta experiência permite compreender e aplicar formas de atuar com ensino e aprendizagem de modo integral e em conjunto com a escola. O método considera ainda as realidades globais e locais, provocando reflexões acerca de questões ambientais problematizando-as de modo lúdico, interativo. Assim, é possível trabalhar com o aspecto sensitivo, inserido no corpo, na alma e no espírito, e ainda centrado no sentimento de amor desenvolvido entre educador e aprendiz. A proposta é baseada na técnica intitulada “aprendizado sequencial”, desenvolvida por Joseph Cornell (CORNELL, 1997). Trata-se de uma metodologia original de Educação Ambiental que visa facilitar o aprofundamento e a interação que os indivíduos podem ter em contato com a natureza. Existe a possibilidade de aprendizado e desenvolvimento de sentimentos e valores, necessários para uma transformação social.



Ao desenvolver o aprendizado sequencial (traduzido do inglês Flow Learning), Joseph Cornell pensou em estabelecer e proporcionar uma melhor relação dos indivíduos com a natureza. O autor percebeu que, ao longo de suas experiências com a natureza, havia um fluxo a ser trabalhado para que as atividades fossem mais produtivas. Assim, concluiu que as pessoas reagiam favoravelmente a uma determinada sequência, em função desta harmonizar aos aspectos da natureza humana (CORNELL, 1997). O aprendizado proporcionado por meio da experiência não é algo novo, mas a novidade desse método é basear-se nos diferentes estágios que auxiliam os indivíduos a alcançarem uma estrutura mental permitida pelo potencial de uma experiência direta e profunda. Assim, o aprendizado sequencial auxilia as pessoas a esquecerem as suas preocupações, a partir da descontração, da diversão e da apreciação da natureza. Isso sugere que o aprendizado seja por inteiro (corpo e mente), afinal, o método é, ao mesmo tempo, pedagógico e terapêutico. Diante disso, no processo de desenvolvimento dos estágios, o indivíduo acalma a mente e realiza melhor suas atividades, aprendendo a ouvir, respeitar os outros e a refletir sobre suas necessidades e seus desejos. Joseph Cornell considerou o aprendizado sequencial como uma simples, porém, poderosa estratégia de ensino. Esta técnica consiste na escolha de atividades lúdicas adequadas, como dinâmicas e jogos, baseadas em princípios universais de consciência e de educação vivencial. Tais princípios estão organizados e direcionados perante uma sequência de 04 estágios: (1) despertar do entusiasmo; (2) concentrar a atenção; (3) experiência direta; (4) compartilhar a inspiração. Assim, são desenvolvidos de forma sutil, gradativa e divertida, com a intenção de criar um fluxo de energia, que vá de um estado de maior agitação para um estado de maior concentração da atenção e envolvimento. Os estágios fluem de um para o outro de maneira suave e natural, configurando assim, um processo educativo, em que o indivíduo passa pelas diferentes fases e alcança as estruturas mentais proporcionadas pelas experiências diretas e profundas com a natureza.

### Educação Ambiental, formação de professores e visitas às escolas

Atualmente, os temas relacionados à questão ambiental não se restringem aos profissionais da área,

visto que a sociedade como um todo, de maneira direta ou indireta, está sendo impactada pelas alterações climáticas e pelos problemas ambientais. Portanto, cada indivíduo possui um papel fundamental no que diz respeito à conservação e à preservação do meio ambiente. O processo educativo se apresenta como um meio importante na formação de personagens que serão protagonistas em busca da sustentabilidade. Desta forma, a Educação Ambiental está no espaço escolar como uma das principais questões a serem discutidas, auxiliando na construção de novas atitudes e conhecimentos. Diante deste panorama, podemos destacar a importância do papel do professor frente a um cenário repleto de desafios ambientais. O conhecimento e as ações em prol do meio ambiente se tornaram indispensáveis para a sociedade, em que a Educação Ambiental se traduz em uma ferramenta de transformação social. Assim, o educador é um personagem chave e catalisador do processo de mudança. Porém, para que o mesmo alcance seu objetivo, faz-se necessário o constante processo de aperfeiçoamento. O modelo educacional tradicional, no qual prevalecem as aulas expositivas, pode não ser o meio que maximize os resultados em termos de aprendizado na capacitação de professores, a fim de trabalhar os temas ambientais. Para obter êxito, os educadores, além de possuírem informações importantes e atualizadas, devem ter disponíveis os instrumentos necessários para que a assimilação de conteúdo possa unificar teoria e prática. A formação continuada docente também precisa estar alinhada às transformações sofridas na educação e nas políticas públicas educacionais, sobretudo na última década. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que constituem um conjunto de documentos que tem como objetivo orientar a proposta curricular da Educação Básica, os temas relacionados à Educação Ambiental estão inseridos no currículo escolar por meio da transversalidade. São um estímulo para que os profissionais da educação reavaliem os conteúdos lecionados em suas respectivas disciplinas e abordem temáticas ambientais em suas aulas. É fundamental que o tema esteja presente em todas as disciplinas e que estas, por sua vez, possam abordar o desenvolvimento do ser humano e sua relação com o meio ambiente. Observando tais considerações, o projeto Guapiaçu Grande Vida insere dentro de seu plano de ação, cursos de capacitação

para profissionais da educação do ensino público e privado das escolas do município de Cachoeiras de Macacu. Neles estão presentes o conceito de educação continuada, uma vez que, trabalha em um processo permanente de capacitação de professores da Educação Básica.

Durante a capacitação, são trabalhados temas que unem prática e teoria, em especial, ao disponibilizar o aperfeiçoamento das questões ambientais por meio da trilha interpretativa Grande Vida e ao apresentar as riquezas da fauna e da flora que a região dispõe.



A formação continuada docente também precisa estar alinhada às transformações sofridas na educação e nas políticas públicas educacionais, sobretudo na última década. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que constituem um conjunto de documentos que tem como objetivo orientar a proposta curricular da Educação Básica, os temas relacionados à Educação Ambiental estão inseridos no currículo escolar por meio da transversalidade. São um estímulo para que os profissionais da educação reavaliem os conteúdos lecionados em suas respectivas disciplinas e abordem temáticas ambientais em suas aulas. É fundamental que o tema esteja presente em todas as disciplinas e que estas, por sua vez, possam abordar o desenvolvimento do ser humano e sua relação com o meio ambiente. Observando tais considerações, o projeto Guapiaçu Grande Vida insere dentro de seu plano de ação, cursos de capacitação para profissionais da educação do ensino público e privado das escolas do município de Cachoeiras de Macacu. Neles estão presentes o conceito de educação continuada, uma vez que, trabalha em um processo permanente de capacitação de professores da Educação Básica. Durante a capacitação, são trabalhados temas que unem prática e teoria, em especial, ao disponibilizar o aperfeiçoamento das questões ambientais por meio da trilha interpretativa Grande Vida e ao apresentar as riquezas da fauna e da flora que a região dispõe. As trilhas interpretativas possuem grande potencial educativo e devem ser utilizadas para a sensibilização de jovens. A trilha Grande Vida está situada na sede da REGUA tem 1.400 metros de extensão e conta com 400 metros adaptados para pessoas com deficiência. O percurso da trilha também conta com 20 placas de interpretação ambiental que permitem ao professor trabalhar diversos temas. A formação dos profissionais de educação para o melhor aproveitamento das trilhas interpretativas dentro dos limites da REGUA, tem como objetivo garantir o real envolvimento destes profissionais nas atividades de visita à Reserva. Desse modo, a promoção da capacitação dos professores buscou garantir que a experiência de visita fosse incorporada à rotina e ao conteúdo dos currículos escolares. Vale ressaltar que a capacitação abrangeu educadores de todas as disciplinas visando trabalhar as questões ambientais de maneira interdisciplinar como previsto nos PCNs. Além de realizar cursos de capacitação de professores, a equipe do projeto Guapiaçu Grande Vida desenvolve atividades nas escolas. A prática de educação ambiental nas instituições escolares tem como objetivo fazer com que o ensino-aprendizagem seja transformador para os alunos e que eles possam compreender os conteúdos que envolvem o meio ambiente. Uma das propostas do projeto é fortalecer a educação ambiental por meio de oficinas e atividades lúdicas que permitem um maior envolvimento das crianças com as causas ambientais, tornando-os multiplicadores desse conhecimento.

Para desenvolver as atividades nas escolas, o projeto faz o uso de uma maquete. Esta representa áreas de encosta de um lado desmatadas e do outro preservadas, com o objetivo de ilustrar a relação entre água e floresta, bem como o ciclo hidrológico. Nestes encontros, os alunos interagem com a maquete entendendo um pouco mais sobre a formação de processos erosivos, conceitos de sustentabilidade, conservação e gestão ambiental, entre outros. Nessa atividade, há o estímulo a reflexão dos estudantes sobre a ação do homem no ambiente. Portanto, é importante que as crianças possam entender o seu papel frente à conservação e preservação ambiental, para que esses indivíduos venham se posicionar criticamente, exigir os seus direitos e compreender os seus deveres, desempenhando seu papel de cidadão.

## O Programa Piloto de Monitoramento dos Recursos Hídricos e o protagonismo juvenil

O monitoramento da qualidade da água ainda não é uma rotina na região. Apesar da grande preocupação com o tema, o monitoramento está longe de ser uma realidade local. Essa iniciativa é uma oportunidade de incluir a sociedade neste processo, por meio da integração das ações de Educação Ambiental, como forma de conscientização e replicação do modelo. A sensibilização de jovens em relação à importância do ambiente e sua conservação é uma atividade que a Reserva Ecológica de Guapiaçu executa há mais de uma década com resultados positivos. O fortalecimento desta ação é fundamental para o ganho de escala no envolvimento dos jovens estudantes da região em questões ambientais. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012), a Educação Ambiental tem como objetivos:

*Desenvolver a compreensão do meio ambiente em suas múltiplas relações; estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; estimular a cooperação entre regiões do país, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável; promover o cuidado com a comunidade de vida e a integridade dos ecossistemas.*

Nesse sentido, a Educação Ambiental assume a função de transformar a realidade por meio da responsabilização dos indivíduos, ação essencial para promover o desenvolvimento sustentável. A implementação de uma política nacional que ressalte e promova a Educação Ambiental, desde o ensino básico, garante que nas novas gerações poderão ser fortalecidas para a preocupação com o ambiente. Consequentemente, favorece a criação e a promoção de políticas públicas que visem à utilização sustentável dos recursos naturais. O PPMRH foi idealizado pela equipe do projeto Guapiaçu Grande Vida com o objetivo de ser uma ferramenta de Educação Ambiental para jovens estudantes das redes públicas da região. Sempre houve a preocupação de mobilizar e sensibilizar o público jovem para entender os problemas ambientais do local onde vivem. Como atingir esse público jovem que tem acesso a tanto conteúdo no mundo virtual? Como trazer o jovem do mundo virtual para a sua realidade local de forma ativa e transformadora? Esse desafio começou a ser transposto por meio de uma estratégia de atividade prática de intervenção no ambiente e pela demonstração de que observar a realidade é uma forma de iniciar a transformação desta realidade. A equipe Guapiaçu Grande Vida tem a percepção que trazendo os jovens estudantes para uma ação prática traz muitos benefícios, não apenas para estes jovens, mas para o ambiente. Com o PPMRH é possível trabalhar uma nova visão dos estudantes sobre o ambiente, mais que isso, trabalhar nestes jovens a autoestima e a valorização de uma parcela da sociedade que sofre com a desigualdade social e o preconceito.

O público alvo foi composto por estudantes do Ensino Médio Regular e Curso Normal, compreendendo a faixa etária entre 15 a 20 anos. A etapa de seleção dos estudantes iniciou com o convite a cinco unidades escolares do município, uma sob administração municipal e outras quatro pertencentes a rede estadual. Uma vez estabelecido o contato, foi agendado um encontro com os estudantes para apresentação da proposta do Projeto Guapiaçu Grande Vida e seu Programa Piloto de Análise e Monitoramento da Água nas duas unidades escolares. O processo seletivo procedeu-se por meio de três etapas: avaliação do histórico escolar, dinâmica de grupo, redação e questionário. Após a seleção, o Projeto Guapiaçu Grande Vida propôs um curso de capacitação envolvendo aulas teóricas e práticas com uma carga horária de 20 horas. Ao longo do período de realização do monitoramento dos recursos hídricos nos rios Boa Vista, Guapiaçu e Macacu foram capacitados 47 estudantes como monitores ambientais. A abrangência do Monitoramento e Análise de Água do Projeto Guapiaçu Grande Vida prevê toda Bacia Hidrográfica dos rios Guapiaçu, Macacu e Boa Vista.

Então, foram selecionados 12 pontos de coletas das amostras, tendo cuidado de posicionarem-se um antes e outro após ocupação urbana, seguindo o curso dos rios. Uma vez coletadas, as amostras foram acondicionadas em uma caixa de isopor. Tal ação teve por objetivo conservar as características da água para melhor análise de seus parâmetros.

Abaixo, seguem alguns depoimentos dos estudantes que integram a equipe de monitores ambientais:

**“Gostaria de dizer que é um prazer fazer parte da equipe de monitores ambientais. As idas aos pontos de coleta são muito importantes para saber a qualidade da água e como estão os rios do nosso município. Recomendo a todos que forem participar do Programa Piloto de Monitoramento de Recursos Hídricos, que participem, porque vale a pena saber como está a saúde dos rios em cada bairro do município. Para mim, está sendo muito importante participar, tenho aprendido bastante!”**

Relatou a monitora ambiental Osana Conceição Freitas.



“O que me empolga bastante é saber que não estamos fazendo só por nós. Estamos plantando uma semente que vai dar frutos para muita gente. Isso é algo que me instiga a participar mais e querer participar sempre. Eu estou em um lugar que eu gosto e tudo que eu mais quero é continuar nele. O sentimento que me vem é a esperança de continuar com essa qualidade por longos anos.”

Resposta da monitora ambiental Catarina Braga da Silva quando perguntado sobre a importância do seu trabalho no monitoramento.

“Durante todo o meu período escolar, sempre me interessei pelo ramo da Ciência, com isso, idealizei alguns trabalhos para serem concretizados durante a minha futura atuação como professora. Porém, nunca pensei em escolher uma faculdade apenas com licenciatura, foi então que o Projeto Guapiaçu Grande Vida juntamente com seus cursos, me fez pensar em ter um olhar mais carinhoso a todos os seres, em especial as crianças. Dentro do Curso Normal, obtive aulas de Metodologia de Ciências, a partir desse momento, eu fiquei ainda mais fascinada, quando entrei no curso de Monitoramento de Recursos hídricos, comecei a ter ainda mais incentivos nesse âmbito. Decidi cursar Ciências Biológicas para um dia contribuir para esse “despertar” como toda a equipe do Projeto fez comigo e meus amigos.”

Depoimento da monitora Kerollen Vial.

“Ser um monitor ambiental do GGV me fez ter mais iniciativa para meus afazeres não só escolares como na vida. Aprendi a ser mais responsável com meus prazos e mais objetivo com o que eu quero. Entendi que preciso ser mais consciente e responsável com o meio ambiente, além de usufruir de seus bens, preciso cuidar dele.”

Fala do monitor Lucas Bitencourt.

## C o n s i d e r a ç õ e s                      f i n a i s

Considerando as condições de degradação ambiental e seus efeitos no campo social, a Educação Ambiental configura-se como uma estratégia poderosa. Ela consegue conduzir os indivíduos a uma reflexão que culmina na adoção de novos posicionamentos frente ao seu papel no ambiente. Além disso, permite a ampliação da visão de futuro de muitos jovens. Esse texto não se compromete a esgotar todas as possibilidades de abordagens em Educação Ambiental. Ao contrário, trata-se de um breve relato dos resultados que temos alcançado em Cachoeiras de Macacu e região. Com ele, é possível compartilhar esperanças de um mundo melhor. Portanto, objetiva a convidar mais mãos a embarcar na defesa dos recursos mais importantes de nosso futuro: as crianças, os jovens e o ambiente.



## Referências Bibliográficas

*Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em 12/06/19.*

*BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, resolução nº2, de 15 de junho de 2012.*

*Nações Unidas Brasil, 2018. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 12/06/19.*

*MDS. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf)>. Acesso em 12/06/19.*

*CORNELL, J. A alegria de brincar com a natureza: atividades na natureza para todas as idades. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1997.*



A VIDA É DESAFIO  
A VIDA É DESAFIO  
A VIDA É DESAFIO  
**A VIDA É DESAFIO**

**CAMINHOS PARA O (RE)DESCOBRIMENTO DA POTÊNCIA  
DE NEGROS MENINOS-HOMENS**

PATROCÍNIO

**BR PETROBRAS**

PATROCÍNIO

**BR PETROBR**

POR: GRUPO PRETO DE PSICOLOGIA ÍMÁRALE  
CAROLINA RODRIGUES DE FARIA, DANDARA DA SILVA ROSA (DANDARA AZIZA) E NATHÁLIA  
DE SOUZA NASCIMENTO (AYANA SISI)

APOIO



**TEM QUE ACREDITAR.  
DESDE CEDO A MÃE DA GENTE FALA ASSIM:  
'FILHO, POR VOCÊ SER PRETO, VOCÊ TEM QUE SER DUAS VEZES MELHOR'.  
AÍ PASSADO ALGUNS ANOS EU PENSEI:  
COMO FAZER DUAS VEZES MELHOR, SE VOCÊ TÁ PELO MENOS CEM VEZES ATRA-  
SADO PELA ESCRAVIDÃO, PELA HISTÓRIA, PELO PRECONCEITO, PELOS TRAUMAS,  
PELAS PSICOSES... POR TUDO QUE ACONTECEU? DUAS VEZES MELHOR COMO?  
OU MELHORA OU SER O MELHOR OU O PIOR DE UMA VEZ.  
E SEMPRE FOI ASSIM.  
VOCÊ VAI ESCOLHER O QUE TIVER MAIS PERTO DE VOCÊ,  
O QUE TIVER DENTRO DA SUA REALIDADE.  
VOCÊ VAI SER DUAS VEZES MELHOR COMO?  
QUEM INVENTOU ISSO AÍ?  
QUEM FOI O PILANTRA QUE INVENTOU ISSO AÍ?  
ACORDA PRA VIDA RAPAZ!**

**SEMPRE FUI SONHADOR, É ISSO QUE ME MANTÉM VIVO,  
QUANDO PIVETE, MEU SONHO ERA SER JOGADOR DE FUTEBOL, VAI VENDO.  
MAS O SISTEMA LIMITA NOSSA VIDA DE TAL FORMA  
QUE TIVE QUE FAZER MINHA ESCOLHA, SONHAR OU SOBREVIVER.**

**(Racionais MC's - A vida é desafio)**

## O GENOCÍDIO EM QUESTÃO: A PRODUÇÃO DA VULNERABILIDADE E DO RISCO SOCIAL DE NEGROS ADOLESCENTES E JOVENS

Este texto, escrito pelas mãos de Ayana<sup>2</sup>, Carolina e Dandara, é fruto de uma série de reflexões de negras psicólogas, integrantes do Grupo Preto de Psicologia Ímárale<sup>3</sup>, a respeito do lugar do negro menino-homem na sociedade brasileira. Nosso ponto de partida é a análise da situação de vulnerabilidade e do risco social de negros adolescentes e jovens, com o objetivo de vislumbrar possibilidades de vida em meio a um cenário marcado pela morte. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil foram indivíduos negros (IPEA/FBSP, 2019). Considerando que a população brasileira é majoritariamente composta por pessoas negras, e essas são aquelas que mais morrem, estes números apontam um projeto de genocídio do povo negro. Esses números falam sobre a morte física, entretanto, ser negro em um contexto em que o racismo é a pedra angular, significa ter a vida dilacerada por uma série de opressões que forja seus modos de sentir, pensar e agir. Deste modo, analisar a situação de vulnerabilidade e risco social de negros adolescentes e jovens na cidade do Rio de Janeiro, bem como vislumbrar a criação de caminhos outros, faz necessário atentar para os mecanismos que engendram este processo. Em um contexto em que se cristalizou a noção de que o racismo não existe, sendo comuns as expressões “somos todos iguais”, “somos todos humanos”, “todas as vidas importam” etc., trazer à tona que a questão racial se configura como uma violência, que traz sofrimento a todo um povo, significa instaurar uma constante tensão com a realidade que se apresenta. Falar de racismo no Brasil é disputar narrativas, pois além da população negra não ter sido reparada pelo desastre da escravização, ele se atualiza através de diferentes práticas, tais como o extermínio (morte por arma de fogo), o fratricídio (matança entre pessoas do mesmo povo), o suicídio (morte causada pela própria pessoa), o nutricídio (morte causada pela alimentação), o epistemicídio (invisibilização das produções de conhecimento negro-africanas) e o racismo religioso (perseguição às tradições de matriz africana). Ao longo da história, além de representar a maior parte da população que (sobre)vive em situação de rua no Brasil, são os negros homens que majoritariamente tem seu corpo encarcerado em prisões, abrigos e manicômios.

<sup>1</sup> Referência à música *A vida é desafio*, de Racionais MC's.

<sup>2</sup> Nome africano adotado por Nathália.

<sup>3</sup> Buscando um foco de formação em Psicologia que atendesse à comunidade negra, Vanessa Menezes de Andrade fundou o Grupo Preto de Psicologia Ímárale. Tendo sido criado em 25 de julho 2016, o grupo busca reunir negras e negros que atuam, estudam e/ou se interessam pela psicologia. Em Iorubá, Ímárale significa fortalecimento, assim, nossa proposta é acessar, estudar e produzir conhecimento para qualificar nossa atuação nas seguintes áreas: educação de crianças e adolescentes negros, promoção de saúde mental a partir de uma perspectiva africana e produção de conteúdo afro-diaspórico.

Os corpos negros nestas instituições não representam uma coincidência, mas a constatação de que o racismo coloca estes homens em situação de periculosidade, vulnerabilidade e loucura. A respeito disso, em *Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte*, Igor Gabriel dos Santos Ribeiro (2018) pontua que: uma coincidência, mas a constatação de que o racismo coloca estes homens em situação de periculosidade, vulnerabilidade e loucura. A respeito disso, em *Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte*, Igor Gabriel dos Santos Ribeiro (2018) pontua que:

**Dessa maneira, concebido como inimigo interno, o jovem negro segue compulsoriamente penalizado, estigmatizado e exterminado. A produção do “menor infrator” ao longo da história foi acompanhada da criação de aparatos jurídicos responsáveis pela regulação e judicialização de sua existência. As categorias criadas para descrevê-lo – “menor”, “delinquente”, “marginal” dentre outras – têm levado a distintas formas de intervenções que vão do sequestro ao extermínio. Nesse sentido, a vida de jovens negros acontece em um esquema dúbio e pendular, ora desregulada, por existirem no fio da inexistência humana, sendo cotidianamente rebaixados em todas as dimensões da vida, ora regulada por serem objetos de intervenção do Estado. (RIBEIRO, 2018, p. 261, grifos nossos).**

Ao gerar o negro menino, a negra mulher sonha em vê-lo brincando em sua comunidade, indo para a escola, jogando futebol, recebendo um diploma etc.. Entretanto, a realidade tramada pelo racismo nega às negras crianças o direito de brincar sem ter o risco de ser assassinada por uma bala achada, de estar na escola, de não ter que se preocupar com o que irá comer no almoço, em suma, de ser criança. Assim, no projeto que está em curso, ao crescer e se tornar negro homem, as portas das universidades, empresas, restaurantes, centro culturais e lugares de prestígio se fecham. Em paralelo, a porta da rua, dos sistemas socioeducativos, manicômios e presídios estão escancaradas. Como aponta Ribeiro (2018, p. 261): “suas possibilidades esgotam-se nos sistemas e nas bases de dados: de Saúde, de Assistência Social, de Segurança Pública e de Mortalidade”. Pensar sobre os caminhos trilhados pelos negros meninos-homens implica atentar para a violência que permeia estas vivências. Com isso, há indícios para compreender que a vulnerabilidade e o risco social são produzidos pela máquina de moer corpos negros.

**Assim, como a grande delinquência pode ser analisada como produto próprio da história, as violências atuais que envolvem jovens negros estão inseridas no mesmo processo histórico de disputas e lutas num contexto de atualizações das práticas discursivas e sociais acerca da população negra. Exemplo disso é a compreensão de que jovens brancos, de classe média e alta, não praticam pequenos crimes, enquanto jovens negros são naturalmente violentos, criminosos, perigosos, portanto, passíveis de qualquer intervenção, seja penal ou mortífera. O princípio é que jovens negros representam, por excelência, a criminalidade e a periculosidade, enquanto jovens brancos representam o progresso e o desenvolvimento da nação. (RIBEIRO, 2018, p. 256)**

## O NEGRO MENINO-HOMEM NO MUNDO BRANCO

**Molecada sem futuro, eu já consigo ver  
Só vão na escola pra comer, apenas nada mais  
Como é que vão aprender sem incentivo de alguém  
Sem orgulho e sem respeito, sem saúde e sem paz.  
(Homem Na Estrada - Racionais Mc's)**

Na música *Homem na Estrada*, o grupo de rap Racionais Mc's traz a crônica de um homem que desde criança tem sua vida marcada pela desgraça iminente, pela morte que espreita, pela vida mortificada. Os rappers contam e cantam a realidade empírica de muitos negros meninos-homens moradores das regiões pobres do país. Esta realidade extirpa o senso de valor próprio, de dignidade, de auto-amor, de respeito e enseja medo, insegurança e violência na luta sobrevivência e pelo lugar social de destaque. A infância, idealizada através da doçura, da inocência e do lúdico, dá lugar a uma existência endurecida de ainda serem meninos em uma vida sem tempo para brincadeira. Encontramos com esses meninos todos os dias, como se tivéssemos marcado; esbarramos com eles nas calçadas, embaixo dos viadutos, nos sinais, indo para a faculdade e no caminho de volta. Parecem os mesmos, e, em um olhar desatento são os mesmos, reduzidos apenas a fatalidades da vida. Na maioria das vezes, parece que temos uma espécie de contrato, que entramos em acordo sem dizer uma palavra, em que eles se tornaram “invisíveis”, uma espécie de superpoder. Mas que poder é esse que só beneficia quem não o tem? Superpoder que nos protege da pobreza, que esses meninos insistem em tentar nos fazer enxergar. Existe um ditado africano que diz que uma criança que não é amada por sua vila irá queimá-la para sentir-se aquecida. As negras crianças, sobretudo os meninos, não são amadas em nossa sociedade. Em *O genocídio do negro do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado*, Abdias Nascimento (2016), alerta que no período de escravização, a mortalidade infantil entre a população negra chegou a 88% no Rio de Janeiro, pois era mais barato para os escravizadores sequestrar africanos do que garantir o mínimo de dignidade a estas pessoas. Na contemporaneidade, o genocídio dos negros africanos segue seu percurso, se atualizando com novas tecnologias de extermínio. Perdem a vida como resultado de uma existência negligenciada, na morte higienista matada ou na morte em vida, quando toda sua força vital se converte a um moribundo no corpo “viciado, doente, fodido, inofensivo”<sup>4</sup>. “Um coração ferido por metro quadrado”<sup>5</sup>, um rebanho de vidas sem valor; vidas matáveis, que a supremacia de poder branco pode se dar ao luxo de perder. A rejeição dos corpos desses negros meninos faz parte do projeto de nação idealizada pela elite brasileira. Ao fim do período escravocrata, não se sabia o que fazer com a população negra que estava liberta. Existia um temor de que houvesse uma revolução ou vingança, que poderia culminar

na perda de poder político e econômico da população branca. Além disso, o Brasil desejava se aproximar da concepção de civilidade inventada pela Europa. Neste contexto, o alto número de negros, considerados seres de segunda classe, era um grande entrave na realização deste projeto. Era preciso criar meios que dessem sustentáculo a este novo arranjo social, de forma que isso não afetasse a manutenção do poder nas mãos da branquitude. Para possibilitar que o Brasil se tornasse uma Europa dos trópicos, a elite política e intelectual do país importou ideologias racialistas europeias. Estas teorias se apropriaram de um suposto saber científico racista para afirmar a superioridade biológica de uma raça (branca) em relação às outras (não-brancas). Neste período, alinharam-se as teses racialistas, o processo de embranquecimento da população e o mito da democracia racial. Neste texto não pretendemos nos alongar em uma explicação mais detalhada desses fenômenos, mas sim pontuá-los, para situar o leitor das estratégias adotadas para a preservação de privilégios que até hoje trazem altos custos ao grupo racial negro. Nascimento (2016) aponta a tentativa de embranquecimento da população negra como uma prática de genocídio. O intelectual traz a figura do mulato para exemplificar como este processo fazia parte uma tentativa de apagamento do fenótipo dos povos africanos. O mulato, que é o principal símbolo do estupro de mulheres escravizadas, seria “o primeiro degrau na branquificação sistemática do povo brasileiro” (NASCIMENTO, 2016, p. 83) e a personificação da suposta harmonia entre as raças no Brasil. O branqueamento tornou-se uma política pública, a qual se adotou com medidas que incentivaram e facilitaram a imigração em larga escala de europeus para o Brasil e restringindo a entrada de africanos. Ainda sobre esse período histórico, Abdias Nascimento (2016) alega que ao fim da escravização, os negros-africanos foram jogados à própria sorte. Segundo o autor “a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja” (NASCIMENTO, 2016, p. 79). Libertos, contudo sem nenhum tipo de restituição econômica ou simbólica, os negros-africanos se viram em uma sociedade racista e tendo que disputar o mercado laborativo com os recém chegados imigrantes brancos-europeus.

Com oportunidades desiguais, que perpetuavam ciclos de miséria, era fundamental que se destruísse o mapa mental do ser africano (NOBLES, 2009) para a manutenção da condição de sub-humano do negro-africano. No texto *Branquitude e branqueamento no Brasil*, Maria Aparecida Silva Bento afirma que:

<sup>4</sup> Trecho retirado da música *Capítulo 4, Versículo 3*, de Racionais MC's.

<sup>5</sup> Trecho retirado da música *Vida Loka - Parte II*, de Racionais MC's.

**“Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.”**  
(BENTO, 2002, p. 25/26)

Esta é uma realidade anti-africana que inferioriza o negro-africano e produz um forte sentimento de inferioridade frente ao grupo branco. Desta maneira o negro-africano aceita para si a humanidade branca e a concepção do que é ser negro para branquitude. A construção de sua identidade passa a se dar a partir da busca pela aceitação do branco e na tentativa de alcançar sua humanidade (FANON, 2008). A partir da obra de Fanon (2008), *Pele negra, máscaras brancas*, podemos elencar que para o negro-africano algumas das consequências psíquicas do sistema de opressão racial são: sentimento de inferioridade, permissividade para com pessoas brancas, insegurança, intranquilidade quanto ao seu fenótipo, baixa autoestima intelectual e austeridade com pessoas negras. Dito isto, nas palavras de Fanon:

**“Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.”**  
(BENTO, 2002, p. 25/26)

Esta é uma realidade anti-africana que inferioriza o negro-africano e produz um forte sentimento de inferioridade frente ao grupo branco. Desta maneira o negro-africano aceita para si a humanidade branca e a concepção do que é ser negro para branquitude. A construção de sua identidade passa a se dar a partir da busca pela aceitação do branco e na tentativa de alcançar sua humanidade (FANON, 2008). A partir da obra de Fanon (2008), *Pele negra, máscaras brancas*, podemos elencar que para o negro-africano algumas das consequências psíquicas do sistema de opressão racial são: sentimento de inferioridade, permissividade para com pessoas brancas, insegurança, intranquilidade quanto ao seu fenótipo, baixa autoestima intelectual e austeridade com pessoas negras. Dito isto, nas palavras de Fanon:

**O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida.**  
(FANON, 2008, p. 180).

No texto *Vivendo de Amor*, Bell Hooks fala sobre como a escravização afetou a forma de conhecer e experienciar o amor entre nós, negros e negras. A autora afirma que neste período a prática da demonstração de afeto deu lugar a necessidade de sobrevivência (HOOKS, 2000). Neste sentido, geração após geração, negros-africanos têm como principal intento tentar manterem-se vivos, bem como construir vínculos. Esta luta pelo direito à vida sequestra das crianças negras a possibilidade de vislumbrar um futuro, já que até mesmo o presente é um lugar de incertezas. E, para sobreviver, o negro menino fantasia a performance do ser homem. É comum entre negros meninos, principalmente os que estão em situação de vulnerabilidade social, encontrar discursos de autoafirmação de uma masculinidade forjada no referencial do homem branco bem sucedido. Recorreremos mais uma vez a banda de rap Racionais MC's, que em uma de suas letras questiona “viver muito como um rei ou pouco como um zé?”.

A falta de perspectiva futura, aliada a um ambiente de vulnerabilidade e a processos históricos que alimentam o status quo, promovem uma realidade que rejeita esses corpos. A partir disto, o negro menino homem constrói sua identidade a partir de um senso alterado sobre seu valor próprio. O sistema de opressão racial proporciona uma existência que omite a humanidade de negros meninos, estes, por sua vez, tem sua identidade pautada na imagem animalésca, hipersexualizada e violenta. A destituição ao direito a humanidade integral os coloca em uma posição de projeto da masculinidade branca que nunca será alcançada. Vivendo à margem da experiência branca de mundo (ASANTE, 2009), os negros meninos-homens sobrevivem das migalhas do capitalismo e com poucas, ou nenhuma, chances de inserção nos espaços de poder. Há aqueles que não aceitam isso para si e ousam levantar-se contra essa lógica, tentando se encaixar, mesmo que a força, na estrutura de poder. Há aqueles que tentam produzir desvios em modos de existir hegemônicos. Aos que simplesmente não se encaixam, estão reservadas as instituições socioeducativas, os hospitais psiquiátricos, os centros de acolhimento, as prisões e o genocídio.



**RESGATANDO  
UMA  
IMAGEM  
POSITIVA  
SOBRE  
SI MESMO**

Diante do quadro existente na realidade brasileira, de predominância e valorização de uma produção discursiva regida pela elite intelectual, fica evidente o desenvolvimento de um modelo racista universalista presente nas conduções das questões voltadas para o campo sócio, político, econômico e psíquico. Para Munanga (2004), o modelo que se apresenta hegemônico nega a diferença, imprimindo um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. O projeto pela busca de identificação com a mestiçagem, tanto biológica quanto cultural, tem consequências destruidoras para a consolidação da identidade racial e étnica. Para tanto, faz-se necessário compreender a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento, constituindo peça central no reconhecimento dos intercursos para a efetividade da ideologia projetada. Logo, o entendimento acerca do projeto político estrategista pelo qual povos originários, africanos e pindorâmicos, foram objetificados, além de terem sua subjetividade, reconhecimento e imagem esmagada e sobreposta por outros povos migratórios, em nome de uma unidade nacional, pode ser a alavanca inicial para a visualização e efetividade de possíveis ações, propostas e caminhos a serem delineados tendo a autoimagem como propulsora da restauração da identidade. Eis que a partir do reconhecimento da política vigente, firmam-se duas questões urgentes para os desdobramentos do proceder das conduções, apontadas por Munanga (2004), em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: "Como consolidar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento?" e "Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com seu real valor pela maioria?" Beatriz Nascimento (2018, p. 37), em *Possibilidades nos dias da destruição*, aponta que no processo de intercâmbio entre mercados e africanos existe a experiência da perda da imagem, sendo uma experiência de exílio o corpo negro como documento na história:

**(...) homens e mulheres negras chegaram nos séculos XV ao XIX ao continente americano, uma terra totalmente estranha, na condição de pessoas escravizadas, desterradas e despossuídas. Essas marcas históricas comuns singularizam a experiência negra. A partir de tais singularidades históricas e tendo o corpo como centro, pessoas negras construíram em todo continente culturas ricas e diversas com elementos africanos ressignificados e reconstruídos a partir do que vivenciaram."**

A partir do que Beatriz Nascimento traz juntamente com uma possível intervenção psíquico-político-social, é imprescindível se debruçar sobre o letramento e os

desdobramentos das relações étnico-raciais, no que se refere à maneira como se estrutura e se interdita no território afro-brasileiro, alertando que vai para além de 'educar sobre a temática étnico-racial', não havendo somente a ver com instrução e conhecimento. Perpassa um posicionamento político, pois tem a ver com ocupação de território, reserva de mercado, acesso a lugares, um tipo de agenda de interesse devido aos resquícios da colonização, como a colonialidade que permanece e está presente. Dessa maneira, Wade Nobles (1998), psicólogo afro-americano, em sua abordagem com o foco psicológico afrocentrado, reorienta o olhar para a possibilidade de práticas preventivas para o nosso próprio povo historicamente oprimido, buscando teorias e práticas destinadas a favorecer a compreensão, a explicação, o vir a ser e da pertença dos africanos em diáspora em todas as expressões históricas e desdobramentos. O propósito é a busca por raízes, localização e restauração histórica. Nesse sentido, recorrer ao significado de ser africano está ligado intimamente ao que se esqueceu, coletivamente ou, de modo mais preciso, ao que o opressor tentou esvaziar da mente. Esvaziamento este que foi uma tentativa infértil, pois o autor supracitado acredita que não houve destruição do ser africano dentro de nós. Entretanto, houve alteração da autopercepção ou da crença no senso de africanidade intrínseco, o que contribui com a visualização das limitações da Psicologia Ocidentalizada hegemônica e/ou consequências psicológicas negativas de ser africano em uma realidade anti-africana. O campo da psicologia negra vem (re)emergindo atualmente e reafirmando uma base afrocentrada com a proposta de trazer a experiência afro-brasileira como um exemplo específico e atestar a necessidade de um saber afro-referenciado. Mais do que compreender o significado e a experiência do ser africano, se trata também de conhecer a utilidade e a realização da alegria, da beleza em ser, pertencer e tornar-se africano. Beatriz Nascimento (2018), ao dizer que a imagem é a restauração de nossa identidade, afirma que o trabalho de recusar a História que o negro brasileiro foi submetido, buscando referências por nós mesmos, precisa ser contínuo e questionável, sem sermos confundidos com os americanos e africanos, já que nossa história é outra, assim como é outra nossa problemática. E diante do questionamento que fica: O que/como ser africano em diáspora em pleno século XXI?, a nigeriana e socióloga, Oyèrónké Oyéwùmí (2019), aponta um alerta que conceitos e teorias derivadas, na melhor das hipóteses, dificulta a compreensão das realidades africanas. E na pior das hipóteses, dificulta a capacidade de construir conhecimentos sobre as sociedades africanas. Sendo assim, efetivar e propor uma prática psíquico-social-política é assumir a responsabilidade de criar uma compreensão própria e autêntica do significado e da natureza da condição humana para o povo negro.

## **SOBRE A POTÊNCIA DE NEGROS MENINOS-HOMENS**

Neste contexto, de diversas formas de ataque ao povo negro, que lugares são reservados para os negros adolescentes e jovens? O trecho da música A vida é desafio, mencionado na abertura deste texto, ilustra o modo de sentir, pensar e agir do negro homem que foi forjado “pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses...” e que, ainda assim, precisa dar conta de ser duas vezes melhor. Considerando a matança, que atinge o negro homem, e o embranquecimento, que tem como alvo o ventre da negra mulher, o desafio do povo negro é ser melhor para quem ou em relação a quem? Entendendo que o racismo é o que estrutura a sociedade brasileira, é preciso que os meios para sobreviver a ele, bem como para combatê-lo, tenha como desa(fio) condutor a restituição de humanidade de pessoas negras. Desse modo, emergem subsídios para perceber o negro como protagonista de sua própria história. O Sankofa, que expressa a ideia de um retorno ao passado para o entendimento do presente, nos possibilita perceber que a trilha para caminhos outros não precisa ser descoberta, mas revisitada. É preciso ter a lucidez de que a história do povo negro não se iniciou com o sequestro e a escravização, mas que esse desastre, que foi o holocausto negro, interrompeu o fluxo de sua história. Deste modo, nós, negras/os, psicólogas/os, profissionais do campo das políticas públicas e/ou militantes da luta antirracista, não precisamos inventar a roda, mas entender o nosso papel para a continuidade desta gira. No sentido de conceber negros-meninos como agentes de sua própria história, faz sentido que possamos pensar possibilidades de vida junto a eles. Colocar em foco suas potencialidades passa pelo processo de acolher suas histórias, tendo consciência de seus traumas, fragmentações e medos, mas também de seus sonhos, inteirezas e vitalidades. Desse modo, elencamos três caminhos, que acreditamos serem facilitadores neste desafio, que é o do (re)descobrimto da potência deste atores: 1) ressignificar o modo como nos (re)conhecemos; 2) ressignificar o modo como sentimos e expressamos sentimentos; 3) ressignificar o modo como nos fortalecemos. O primeiro caminho diz respeito ao ato de dar novos significados ao modo como nos (re)conhecemos. O que o negro menino-homem percebe ao se olhar no espelho? Quais são as imagens que ele tem se espelhado? Este movimento diz respeito a uma percepção que é individual, pois remete a ideia que ele faz de si mesmo, mas ao mesmo tempo é coletiva, pois é somente através da convivência em comunidade que ele pode tecer uma imagem sobre si. Desse modo, se o negro menino-homem olha ao ser redor e não tem em que se espelhar de forma construtiva ou não tem uma comuni-

dade para acolhê-lo, ele desenvolve modos de sentir, pensar e agir destituído de referências. Neste sentido, cabe a comunidade se colocar como espelho. Na medida em que o sequestro, a escravização e genocídio forjaram os modos do povo negro de se relacionar, o segundo caminho se trata de ressignificar o modo como sentimos e expressamos sentimentos. De que forma o negro menino-homem expressa suas emoções? Essa forma tem sido potente para ele? Este exercício não objetiva uma romantização do amor e nem uma castração do ódio, mas vai de encontro com a politização dos afetos. Ou seja, propõe uma conexão do sentir com agir, de modo que as expressões deste corpo possam atuar de forma a preservar e dar força a sua vida.

Por fim, o terceiro caminho vai de encontro com a necessidade de nos fortalecermos. Com quem o negro menino-homem pode contar? Isso se liga à restituição de laços afetivos, o que não necessariamente tem a ver com laços sanguíneos. É preciso que, em meio a um cenário onde se produz a ideia de que o negro precisa ser forte, ele tenha redes de apoio. Entretanto, para se permitir ser apoiado, é necessário que ele possa confiar, criar vínculo, se sentir pertencente, em suma, ter suma humanidade resguardada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ASANTE, Molefi Kete.** *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.* In: LARKIN, Elisa. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* Coleção Sankofa. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009. v. 4., p. 93-110.

**BENTO, Maria Aparecida Silva.** *Branqueamento e branquitude no Brasil.* In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia Social do Racismo; Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-57.

**FANON, Frantz.** *Peau noire, masques blancs (Pele negra, máscaras brancas).* Tradução: Renato da Silveira. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008.

**HOOKS, Bell.** *Vivendo de Amor.* In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.* Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2000.

**IPEA/FBSP.** *Atlas da violência 2019.* Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

**MUNANGA, Kabengele.** *Racismo, mestiçagem versus identidade negra. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 121-140.

**NASCIMENTO, Abdias.** *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.* São Paulo: Perspectivas, 2016.

**NASCIMENTO, Maria Beatriz.** *Beatriz Nascimento: intelectual e quilombola. Possibilidades nos dias de destruição.* Editora Filhos da África, 2018.

**NOBLES, Wade. Sakhú Sheti:** *Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado.* In: LARKIN, Elisa. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* Coleção Sankofa. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009. v. 4. p. 277-297.

**OYÉWÚMÌ, Oyèrónké.** *Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos.* Disponível em: <[https://fiolosofia-africana.weebly.com/textos africanos.htm](https://fiolosofia-africana.weebly.com/textos_africanos.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

**RACIONAIS MCS.** *Capítulo 4 Versículo 3.* São Paulo: Cosa Nostra, 1998.

**RACIONAIS MCS.** *A vida é desafio.* São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

**RACIONAIS MCS.** *Vida Loka – Parte II.* São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

**RIBEIRO, Igor Gabriel dos Santos.** *Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte.* In: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro.* São Paulo: Escuta, 2018. p. 249-264.





PATROCÍNIO

**BR** PETROBRAS

# EMANCIPA

# DE GASE

EDUCAÇÃO POPULAR NA SOCIOEDUCAÇÃO

**BR**  
PETROBRAS

UM NO  
HO RI  
ZON

UM NO  
ZON  
TEC

INSTITUTO  
TERRA  
NOVA

*Cooperativa*

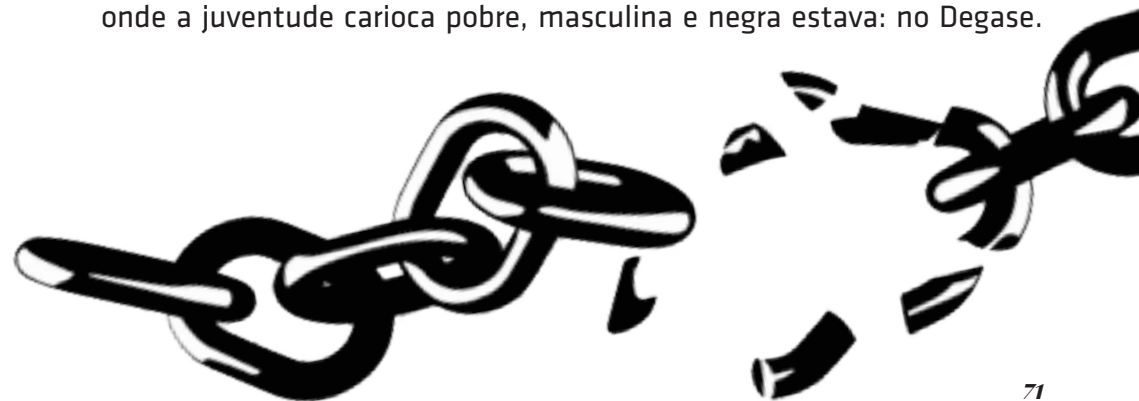
## O QUE É A REDE EMANCIPA DE EDUCAÇÃO POPULAR?

A rede emancipa de educação popular existe há 12 anos. No início, em 2007, éramos um grupo de educadores compromissados com a ideia de que a educação é um direito e com o interesse de coordenar um cursinho pré-vestibular em Itapevi, uma cidade na periferia de São Paulo. De lá pra cá, crescemos e nos espalhamos pelo Brasil, calcados na concepção de que era preciso construir uma rede nacional de luta pelo acesso à educação, que se organizasse a partir das demandas reais e objetivas da juventude e de seus familiares, trabalhadores e trabalhadoras pobres da cidade e do campo. Atualmente, em 2019, estamos nas cinco regiões do país, em mais de 30 cidades, com aproximadamente mil educadores e mais de vinte mil estudantes, organizando polos de educação popular como cursos pré-vestibulares, educação infantil, reforço escolar, preparatórios para concurso, educação pelo esporte, educação feminista e também educação em privação de liberdade na socioeducação, como é o caso do Emancipa Degase, no Rio de Janeiro. Todas as atividades do Emancipa neste Brasil profundo são realizadas por uma equipe voluntária de estudantes e professores universitários, pessoas comuns, trabalhadores e ativistas da área de direitos humanos que acreditam na força de transformação social que uma educação emancipadora já demonstrou que tem. Dentre os nossos princípios estão alguns valores que são muito caros: a gratuidade e a publicidade do conhecimento que deve ser de acesso livre; a solidariedade em contraposição à competição; o humanismo e oposição à descrença no ser humano e ao fatalismo; o diálogo ao invés da imposição e da intolerância. Estas são marcas pedagógicas fundamentais para uma prática que, no nosso entendimento, deve ter sentido e dialogar com a vida real em um mundo no qual persistem pensamentos e ideias antagônicas a qualquer educação crítica, na perspectiva da construção da cidadania e da autonomia dos sujeitos

## COMO SURTIU O EMANCIPA DEGASE?

Demorou 10 anos para que percebêssemos a necessidade de entrar “no cárcere” (entre aspas porque, apesar de ser muito semelhante, ainda é e, a depender de nós, e, a depender de nós, será durante muito tempo, unidade de cumprimento de medidas socioeducativas, é não prisão). A história do surgimento do Emancipa Degase é muito interessante. Ela diz muito sobre o que fazemos na privação de liberdade. Estávamos em São Gonçalo, em uma aula inaugural do Emancipa, com mais de 600 pessoas que se uniram com um único objetivo: entrar na universidade a partir de um cursinho pré-vestibular gratuito. A cidade de São Gonçalo é a maior cidade do Estado do Rio de Janeiro

depois da capital e, por isso possui algumas características singulares. A população é majoritariamente negra, pobre e cristã. O acesso à educação está longe de ser ideal, escolas públicas pouco valorizadas (comum em diversos locais do Estado). A demanda da juventude por espaços de cultura e de educação é muito grande, proporcional a falta de investimentos públicos na área. A violência é estrutural, permanente e afeta o todo da população, em especial a juventude. Muitas regiões de São Gonçalo são amplamente dominadas pelo tráfico de drogas, ou pelas milícias, ou pelos dois (uma nova modalidade de gestão territorial que está cada vez mais forte e que se organiza a partir da cooperação entres os agentes). Tal realidade faz com que os jovens se tornem muito vulneráveis, sendo o produto de uma equação simples, mas que muitos teimam em não enxergar: a falta de educação pública de qualidade e de espaços de cultura e de lazer é diretamente proporcional ao aumento da parcela da juventude cooptada em locais periféricos e negros na venda de varejo de droga. Bem, estávamos lá em São Gonçalo, quando percebemos um dado que mudou as nossas vidas: a imensa maioria do público presente que buscava um curso preparatório para o vestibular era feminino. Notícia boa? Com certeza, não. Tal dado mostra que os meninos, os homens jovens que poderiam estar interessados em uma vida acadêmica (tal como as meninas que ali estavam para tornarem-se, muitas vezes, as primeiras da família a ingressar em uma universidade), já tinham sido levados para outro caminho, ou estavam mortos, ou presos (para quem duvida desta conta básica, vale acessar os dados que demonstram qual a cor, a idade, o gênero e o local de moradia (favelas) dos que mais morrem no Estado do Rio de Janeiro. É alarmante!). Deste modo, decidimos então que precisávamos estar em mais um local onde a juventude carioca pobre, masculina e negra estava: no Degase.



## MAS O QUE É O EMANCIPA DEGA- SE E COMO NÓS NOS ORGANIZAMOS?

Somos uma frente de atuação da Rede Emancipa que atua na Ilha do Governador com jovens privados de liberdade. Atualmente, em 2019, contamos com mais de 50 educadores voluntários. Começamos os trabalhos em espaços de privação de liberdade com aulas de reforço escolar para adolescentes da Escola João Luiz Alves (EJLA), Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (Cense PACGC) e Centro de Socioeducação Dom Bosco, centros de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), localizados na Ilha do Governador. A experiência, apesar das dificuldades, foi bem-sucedida, com seus resultados indicando o potencial e a responsabilidade da Rede Emancipa com esse setor. Organizamo-nos a partir de dois eixos: um pedagógico, voltado para se pensar as dinâmicas internas na sala de aula; e o acompanhamento, voltado para se pensar tudo que se refere à saída dos jovens da privação de liberdade. A equipe pedagógica é formada por educadores populares que possuem maior experiência em sala de aula, que coordenam as aulas do Emancipa Degase no que diz respeito aos conteúdos, métodos, dinâmicas, exercícios etc.. Como não existe muita bibliografia a respeito de uma pedagogia para a libertação em privação de liberdade, tudo que dá muito certo ou muito errado é analisado por esta equipe para que possamos refletir e avançar nas formas mais eficientes de diálogo e conhecimento neste meio. Dessa forma, a equipe de acompanhamento é tão importante quanto a pedagógica. Talvez seja até mais importante, já que temos como pressuposto que o meio mais propício para a educação para a liberdade é, por óbvio, a liberdade. Quando o jovem ganha progressão de medida, vai para a semiliberdade, liberdade assistida ou ganha liberdade irrestrita (#lilicantou), nossa equipe entra em ação para acompanhá-lo naquilo que já recolhemos de informações a seu respeito sobre desejos e aspirações de vida, cursos, sonhos, proporcionando acolhimento afetivo e emocional, apoio psicossocial etc.. A tarefa da equipe de acompanhamento, junto com os educadores de referência, é dar sentido à nossa prática em sala de aula, continuar o trabalho “na pista”. Um dos passos que vem dando certo é a tentativa de aproximar o jovem de um dos polos do Emancipa no Rio de Janeiro, encontrando-o na unidade e inserindo-o de modo singular e condizente com o seu desenvolvimento em atividades de cultura, educação e lazer organizadas no próprio emancipa. Isso só é possível com a presença de dezenas de voluntários. Mas como conseguimos isso? Em um país onde o sucateamento da educação é crônico e atravessa diferentes governos, a resistência e a auto-organização de professores e estudantes

é o motor das mudanças na educação de baixo para cima. Uma das formas de resistência está na organização voluntária que dedica parte do seu tempo livre para a atuação em projetos que deem sentido a própria prática. A universidade, muitas vezes, não consegue garantir uma formação avançada de cunho prático para milhares de estudantes. O dia a dia de um professor em sala de aula também acaba por embrutecê-lo, já que no sistema que vivemos estudantes e professores são tratados como números que competem entre si para ganhar a medalha de “honra ao mérito”. Neste sentido, o Emancipa acaba sendo um local de formação e de organização de centenas de educadores formados ou em formação, que buscam uma vivência potente, reflexão conjunta e coletiva dos problemas encontrados na prática pedagógica. “Aprendi mais no Emancipa do que em 8 anos estudando na universidade”. Esta é uma frase que ouvimos constantemente. De três a quatro vezes ao ano fazemos encontros de novos voluntários, com formações, debates e muito diálogo sobre educação. Tais encontros são também seletivos. Neles escolhemos quem vai permanecer conosco e quem não vai. Deste modo garantimos que o Emancipa sempre cresça e se expanda.

## MAS O QUE É EDUCAÇÃO POPULAR E COMO REALIZÁ-LA NA SOCIOEDUCAÇÃO?

É importante dizer que o ECA representa um verdadeiro marco na proteção da infância e da juventude pelas instituições estatais. Trata-se de uma legislação que regulamenta o artigo 227 da Constituição de 1981, e inaugura o que se denomina Doutrina da Proteção Integral, segundo a qual a criança (de 0 a 12 anos incompletos) e o adolescente (de 12 anos completos a 17 anos) são compreendidos como sujeitos de direitos, cuja proteção deve ser garantida pelo Estado, pela família e pela sociedade com absoluta prioridade. Nesse contexto, além de prestigiar um movimento da comunidade internacional à época, especialmente os compromissos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1989, o Estatuto sepulta o chamado Código de Menores, legislação em vigor no período ditatorial que conferia tratamento essencialmente punitivo a crianças e adolescentes. Dentre seus 267 artigos, que regulamentam direitos fundamentais, políticas públicas e medidas de proteção, o ECA reserva um capítulo para as medidas socioeducativas, sanções aplicadas aos menores que cometem atos infracionais. O que chamamos de socioeducação tem sua origem aí.

Por outro lado, a educação popular é uma vivência educativa, uma concepção filosófica e uma visão de mundo, que valoriza os saberes do povo e suas realidades, se desdobrando em empoderamento dos sujeitos para sua realização pessoal e coletiva. Isso implica que um projeto de educação popular para a transformação social precisa, necessariamente, ter a conscientização e a instrumentalização técnica dos/as educandos/as como princípio. Como ela almeja o desenvolvimento de um olhar crítico de educadores/as e educandos/as, com vistas a facilitar o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos/as (já que em regra se trata de uma experiência em meio aberto, em liberdade), a educação popular deve estimular uma aprendizagem voltada ao mesmo tempo para a reflexão sobre a sociedade, entendimento crítico do mundo, e também para o trabalho, no sentido da realização humana, da expressão e da afirmação de si no mundo por meio do domínio de alguma técnica. Nesse contexto, possibilitar uma leitura crítica da realidade social é um pré-requisito para formar sujeitos que atuem com responsabilidade diante dos seus direitos e deveres na sociedade. Educação popular, portanto, é uma estratégia de empoderamento integral, da consciência às habilidades intelectuais, da reflexão crítica à formação técnica profissional. A principal característica da educação popular voltada para a transformação é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o processo de conhecimento, de troca, de ensino e de aprendizagem recíprocas, no qual se reconhece todo e qualquer sujeito como detentor de conhecimentos singulares e valiosos, tornando esse espaço de educação um lugar de afetos alegres e de amorosidade. Com mais de 12 anos de experiência em Educação Popular, atuando dentro de escolas, igrejas, ocupações de moradia, associações de moradores etc., a prática na privação de liberdade é, sem dúvida, um dos maiores desafios que temos. Se concordarmos com Ângela Davis quando diz que “as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam” (DAVIS, 2009, p. 48), podemos observar que o cárcere é o lugar por excelência de pessoas excluídas dos espaços de poder. Dessa forma, uma educação emancipadora fomenta a crítica dessas pessoas, tornando-se um instrumento emancipatório importante para que estes adolescentes não individualizem problemas que são estruturais, que sejam capazes de entender suas responsabilidades sem que isso implique em culpabilização pessoal ou desconhecimento de processos históricos que segregam determinados grupos sociais. Isso é de fundamental importância, pois a individualização dos problemas são uma forma distorcida de compreendê-los e, por isso, de não os solucionar. Só é possível estabelecer um diálogo fecundo com jovens aos quais se atribuem conflito com a lei e sob os quais queremos coletivamente abrir espaço para uma nova forma de existência em liberdade,

de uma vida plena e sem conflitos, entendendo, junto com eles, o que é a lei e o Estado; o que foi a escravidão e a sua marca do racismo que permanece até hoje; o que é politicamente o espaço da periferia no Brasil, seus agentes e sujeitos; qual o papel da juventude nas transformações sociais até hoje; qual o papel das prisões etc.. Sem este conhecimento e essa reflexão coletiva entre educandos e educadores, toda tentativa de diálogo recai no sermão, na orientação de fora para dentro, na bronca, na lição de moral daquele que detém o conhecimento sob àqueles que nada sabem e que precisam aprender o que é correto. O problema é que isso não funciona e produz o oposto ao que se intencionou. Portanto, nosso trabalho em privação de liberdade segue o caminho de uma educação para autonomia dos sujeitos e para a transformação social, no sentido de que almejamos uma vida digna e plena para todos os jovens ali inseridos, e tal vida só é possível na medida em que sua prática de subsistência não seja uma ameaça constante a sua vida e dos demais. Apesar dos fortes constrangimentos institucionais característicos da privação de liberdade, o sonho de um educador do Emancipa é que esse adolescente possa voltar à vida fora do cárcere com um olhar mais crítico e empoderado, ciente de seus deveres e direitos enquanto cidadão, com trabalho, estudo, liberdade de se e agir sem constrangimentos a si e aos outros pois, como afirmou Nelson Mandela:

**“SER LIVRE NÃO É APENAS QUEBRAR AS PRÓPRIAS CORRENTES, MAS VIVER DE UMA MANEIRA QUE RESPEITE E AUMENTE A LIBERDADE DOS DEMAIS”.**

**NELSON MANDELA**

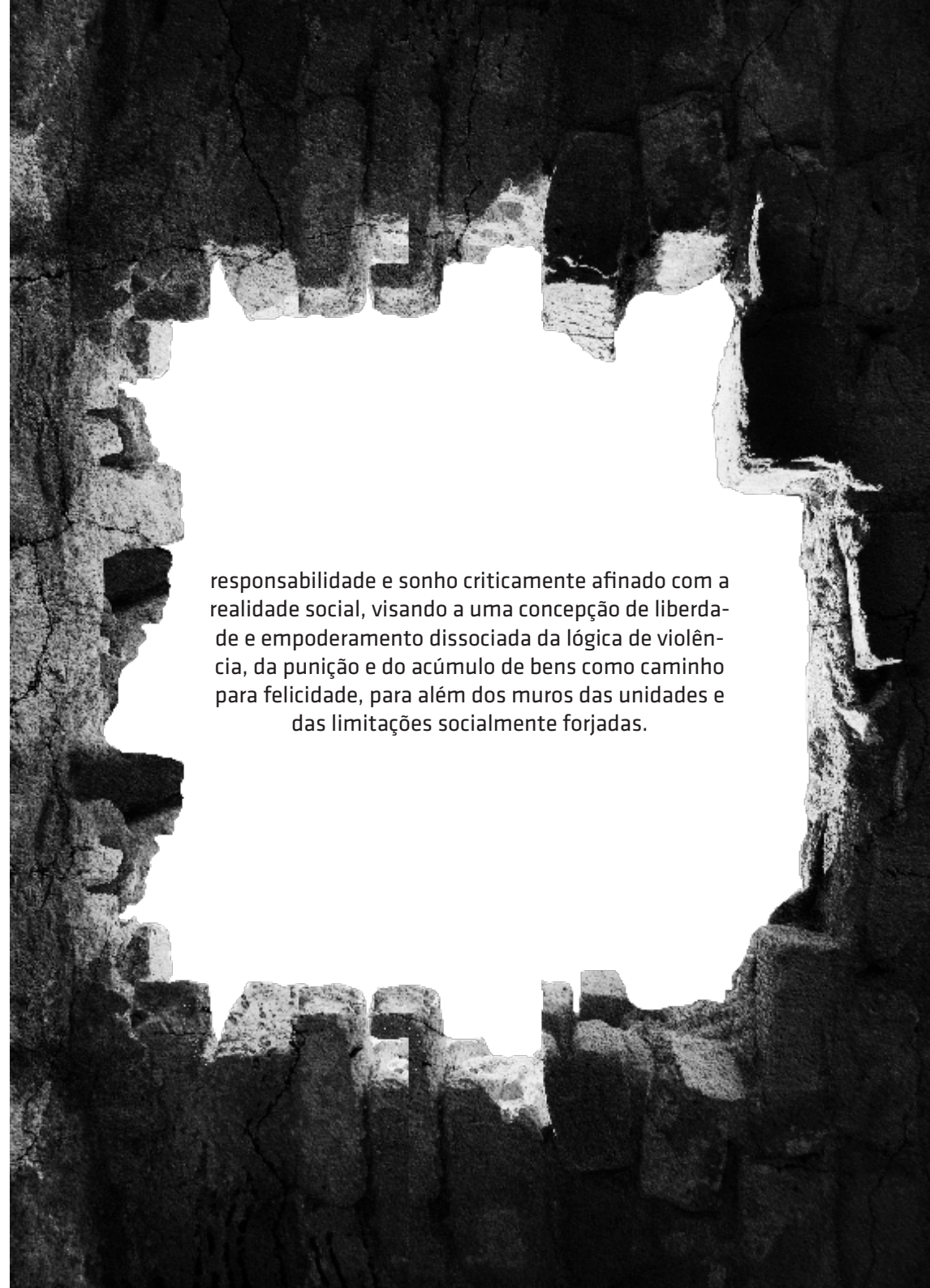




## UMA PALAVRA SOBRE “PODER” E “IDENTIDADE” EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Nossa concepção pedagógica não pode ser plenamente pensada sem uma reflexão profunda sobre a questão do “poder” e sobre o que significam as relações de “identidade” no fenômeno humano, em particular na juventude brasileira. Em um caderno de educação popular de Paulo Freire, no tópico “2”, chamado “Saber Ouvir”, ele diz: “No Brasil, tá cheio de gente falando pra gente, mas não com a gente. Faz 500 anos que o povo brasileiro leva porrete. Tudo isso tem a ver com o trabalho do(a) educador(a)”. Aí está colocada a questão do poder e da identidade. Só se fala “com” quando se consegue ouvir. E só se consegue ouvir quando não existe uma relação autoritária de poder que diferencia identidades por critérios de superioridade e inferioridade. Ora, o poder historicamente sempre foi associado à liberdade e à coerção. Alguns parecem acreditar que o poder só pode se exercer com a violência e imposição. Outros, acreditam no poder como capacidade do diálogo. Já foi consenso social e legal que o poder, por exemplo, não poderia ser exercido sob indivíduos livres, mas apenas sob indivíduos que haviam perdido a sua liberdade, sido escravizados. Hoje, é sabido que o poder pode ser e é exercido cada vez mais sob indivíduos livres que vivem ao mesmo a liberdade a sua própria sujeição. Falamos assim de um modo mais abstrato para situar o problema do poder na nossa pedagogia. Ele não pode ser negligenciado, porque na sociedade brasileira, oriunda de um sistema-mundo capitalista colonial, a ideia de poder atravessa todo o imaginário social do nosso povo, remetendo ao mesmo tempo à política, ao dinheiro, a terra, a posse, ao mando. Ou seja, o poder se refere aqui aos valores de um mundo pautado na dominação de poucos sobre muitos, na agressão, imposição, roubo, espoliação e competição desigual. Bem, como poderíamos viver uma experiência em educação popular em privação de liberdade, que fosse verdadeiramente conectada com o imaginário real dos sujeitos envolvidos que fazem parte do nosso povo brasileiro, sem considerar amplamente a questão do poder em suas vidas? Acreditamos que muitos dos jovens educandos que temos suspeitam o que é o poder ou, ao menos, pensam conhecer-lhe bem, quando não que já são poderosos e que usufruem do poder em alguma medida quando em liberdade. Tentamos trabalhar numa perspectiva de que isso não é verdade. Nosso trabalho pedagógico no Emancipa Degase é reencontrar uma perspectiva e um sentido de poder que se coloque a serviço da emancipação individual e coletiva dos sujeitos. Em outras palavras, não queremos esconder as formas que a juventude envolvida em nossos trabalhos de educação se entende e se compreende na relação com o poder: queremos revelá-la a eles

mesmos de uma maneira refletida e crítica, localizando relação dos agentes de poder na vida social a qual estão imersos. Queremos problematizar a forma na qual se exerce o poder atualmente e se usufrui dele, se beneficia e se prejudica a partir dele. Ao contrário do que a educação tradicional faz, queremos revelar o que é o poder e suas diferentes formas, o que nos é acessível e negado. O debate não tão recente que voltou à tona sobre a liberação das armas demonstra como a questão do poder existe e alcança a todas e todos. Nesta perspectiva, o Emancipa também existe para caminhar junto no sentido do Poder, individual e coletivo. Se os poderosos governantes atuais querem convencer a todas e todos que o porte de armas, por exemplo, é uma forma de poder e de segurança, nós, do Emancipa Degase, queremos convencer nossos estudantes que a universidade pública como um direito seu conquistado é uma forma de poder e também de segurança. Se é sabido que a política é uma forma de poder, assim como a facção, a igreja etc., historicamente são instrumentos de poder, nós do Emancipa estamos convencidos de que podemos construir juntos uma compreensão sobre a necessidade de formas de poder que sirvam para potencializar todos os que nos rodeiam, e não para dominar e diminuir. O autoconhecimento e o conhecimento do mundo; a compreensão da realidade, das formas de mudança da realidade, e das formas de organização para a mudança da realidade são aspectos do poder que nos interessam. A autodeterminação é talvez a maior forma de poder individual. Ou seja, indivíduos que podem dirigir sua própria vida, decidir o que fazer, para onde caminhar, o que construir. Neste ponto, é importante salientar que a educação emancipatória proposta e aplicada pelo Emancipa Degase aponta horizontes a partir de uma compreensão crítica da História. Nossa atuação junto a adolescentes em privação de liberdade parte do reconhecimento e da escolha da aproximação e do diálogo com a juventude negra de periferia, que é maioria privada de liberdade nas unidades de internação não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas em todo o território brasileiro. Nossas formações iniciais e continuadas abordam necessariamente o racismo estrutural como elemento fundante de um sistema de justiça criminal essencial e historicamente discriminatório. Identificar que a esmagadora maioria dos(as) adolescentes privados de liberdade no Brasil são jovens negros de baixa renda revela o produto de uma história de marginalização e punição que remonta à escravidão dos africanos, seguida dos passos tortos de uma abolição inconclusa. Compreender tal cenário histórico-social qualifica os(as) educadores(as) do Emancipa Degase, desde a abordagem de temas de estudo, como território, identidade e História do Brasil, até o diálogo de construção de futuro dos alunos. Para os adolescentes, por sua vez, analisar e refletir sua realidade a partir de um olhar historicamente negado pela educação tradicional, permite a descoberta e o desenvolvimento de um conceito de identidade,



responsabilidade e sonho criticamente afinado com a realidade social, visando a uma concepção de liberdade e empoderamento dissociada da lógica de violência, da punição e do acúmulo de bens como caminho para felicidade, para além dos muros das unidades e das limitações socialmente forjadas.

**A  
DE**

**SALA  
AULA:**



**CONTEÚDOS,  
EXERCÍCIOS DO  
MÉTODOS  
EMANCIPA  
E  
DEGASE**

## AULA 1

### B O R A F A L A R S O B R E G Í R I A S ?

1 - A gente sabe que existe uma diferença entre a linguagem formal e a informal. Mas o que é a linguagem formal? É aquela que a gente fala bonito, normalmente usamos com a nossa mãe ou com a juíza. Já a linguagem informal a gente usa com os nossos amigos e na aula do Emancipa também. Todo mundo sabe falar dessas duas formas e hoje nós teremos um desafio. Nós temos que transformar as gírias que usamos no dia a dia em algo que possa ser apresentado nas seguintes situações:

- Comentarista esportivo assistindo um jogo do flamengo.
- Uma propaganda de TV no qual o vendedor está desesperado para vender algo.
- Um juiz que decide reduzir a pena de um dos meninos do Degase.
- Um professor tentando controlar uma turma bagunceira.
- Um advogado defendendo um réu que é inocente.
- O presidente de outro país falando do presidente do Brasil.

#### ATENÇÃO

A regra é: escreva um pequeno texto do jeito informal, como se fosse falado para um amigo, e depois transformem em linguagem formal. Para ajudar no texto aqui vai algumas dicas de gírias cariocas, coloque ao lado como elas poderiam ser na linguagem formal:

Cara	-
Bolado	-
Não mete essa	-
Tá de caô	-
Tô pegado	-
Marcar um 10	-
Meter o pé	-
Vacilo	-
Papo Reto	-
Suave	-

2 - Agora vamos ver quem conhece o significado das gírias antigas. Para mostrar que você entendeu, escreva uma frase utilizando a gíria.

#### A) BROTO

- ( ) Um tamanho de pizza
- ( ) Uma mulher bonita
- ( ) Uma plantinha

#### B) CARETA

- ( ) Uma cara estranha
- ( ) Uma pessoa conservadora
- ( ) Uma coisa cara

#### C) DAR O CANO

- ( ) Entregar o cano a outra pessoa
- ( ) Não cumprir o combinado
- ( ) Bater em alguém com um cano

#### D) PINDAÍBA

- ( ) Sem grana
- ( ) Um lugar perto da Paraíba
- ( ) Nome de pessoa

#### E) TUTU

- ( ) Um tipo de comida
- ( ) Roupas de bailarina
- ( ) Dinheiro

#### F) AZARAR

- ( ) Assistir um jogo torcendo pra um time perder
- ( ) Dar em cima de alguém
- ( ) Passar embaixo da escada ou quebrar um espelho

#### G) PAGANDO UM SAPO

- ( ) Dar dinheiro a um sapo
- ( ) Jogar algo em alguém
- ( ) Esperar alguém

### G) PAGANDO UM SAPO

- Dar dinheiro a um sapo
- Jogar algo em alguém
- Esperar alguém

### H) QUEIMAR O FILME

- Estragar tudo, fazer tudo errado
- Incendiar um cinema
- Dormir no meio do filme

### I) FICHINHA

- Aquela que tem que colocar na máquina pra jogar
- Algo fácil de fazer
- Grana

### J) PÃO

- Um programa de TV
- Uma coisa de comer
- Um cara bonito

## AULA 2 - PRODUÇÃO TEXTUAL

A partir dos textos trabalhados em sala de aula, cada um deverá escrever uma história usando as gírias, e outra sem o uso delas. Segue, abaixo, um roteiro de sugestões para organizar as ideias:

- QUAL HISTÓRIA EU QUERO CONTAR?
- QUANDO ESSA HISTÓRIA ACONTECEU?
- ONDE EU ESTAVA QUANDO ESSA HISTÓRIA ACONTECEU?
- O QUE EU ESTAVA FAZENDO UM DIA ANTES DESSA HISTÓRIA?
- O QUE EU ESTAVA FAZENDO ANTES DESSA HISTÓRIA ACONTECER?
- ONDE ESTAVAM MEUS AMIGOS E MINHA FAMÍLIA QUANDO ACONTECEU?
- POR QUE QUERO CONTAR ESSA HISTÓRIA?
- O QUE ELA TEM DE DIFERENTE?
- O QUE EU ESTAVA PENSANDO NO COMEÇO DESSA HISTÓRIA?
- O QUE ACONTECEU?
- SE VOCÊ PUDESSE MUDAR ALGUMA COISA NA HISTÓRIA O QUE SERIA?
- O QUE MAIS TE MARCOU NESSA HISTÓRIA?
- O QUE VOCÊ ESTAVA VENDO NESSA HISTÓRIA?

- QUAL ERA SEU OBJETIVO?
- COMO A HISTÓRIA TERMINA?
- POR QUE A HISTÓRIA FOI DESSE JEITO E NÃO DE OUTRO?
- PODERIA TER SIDO DIFERENTE?

## AULA 3 - ESCOLA

Objetivos - Definir o papel deles enquanto alunos e mostrar que eles são muito importantes para o funcionamento da escola (de quem é a escola? - buscar uma ideia de pertencimento.

Proposta de atividade

### 1º Momento

- Iniciar dinâmica de adedanha diferenciada: nome de alguém da família ou amigo/esporte/lugar que gostaria de conhecer/ animal/ comida que gosta/ uma profissão que jamais escolheria).

- Seguir o debate sobre as profissões que eles não escolheriam e o porquê.

- Tentar traçar um lugar comum entre qual carreira eles gostariam de seguir e qual eles não gostariam.

- Buscar retomar o espaço a escola como um ponto de partida.

### 2º Momento

- Dinâmica (em aberto): cada um vai ter 3 minutos para ser “professor”. 03 minutos para explicar sobre qualquer tema (família, religião, futebol, novela, música etc.).

Questões: é possível ensinar tudo que sabe em tão pouco tempo? Quanto tempo nós demoramos para aprender sobre aquilo que ensinamos? Como se sentiram no lugar do professor?

## EXEMPLO DE AULA DE MATEMÁTICA

Recortamos um exemplo de algumas aulas de matemática que fazem parte de um projeto do Emancipa Degase chamado “Construção do nosso espaço”, desenvolvido pela professora Thais. O projeto tem a proposta de construir dois bairros (um em cada turma) em maquetes. Em referência ao conhecimento matemático, as atividades tinham como objetivos: construir os conceitos de área e perímetro e trabalhar as operações básicas. Foi planejado para ser desenvolvido em 5 aulas, e os objetivos e materiais utilizados estão relacionados no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 - “Construção do nosso lugar”**

Aulas	Materiais utilizados	Objetivos
Aula 1	Papel pardo, papel pluma, fita durex colorida, lápis.	Construção do conceito de área e perímetro de forma experimental.
Aula 2	Réguas de diferentes tamanhos, metro.	Explorar cálculo de perímetro através do que foi produzido na aula anterior.
Aula 3	Quadrado feito de papel de revista com dimensão de $1m^2$ , pedaços de papel quadriculado de diferentes tamanhos, pedaços grandes de isopor; cola de isopor ou madeira, tesouras, réguas.	Explorar o conceito de área através da maquete.
Aula 4	papel pluma, tintas, réguas, canetas.	Reforçar os conceitos de área e perímetro por meio da maquete.
Aula 5	Tintas, réguas, tesouras, colas, carrinhos e motos de brinquedo, canetas.	Finalização da maquete, interação.

### AULA 1:

Os educandos receberam papéis pluma cortados em forma de retângulos e quadrados, de diversos tamanhos. Propusemos aos alunos a construção de um bairro que seria nosso, com as nossas demandas, o que nós gostávamos etc.. Os alunos sentiram-se muito animados com a proposta e começaram a dizer o que deveria ter no bairro. Explicamos que eles deveriam colar os papéis pluma no papel pardo e passar a fita durex em volta de cada lado das figuras geométricas. Este seria o chão das nossas construções. Começaram a definir o que seria a farmácia, o hospital, até mesmo “boca de fumo” (deve-se ser realista), as escolas. Neste instante, o professor de história (que acompanhava as aulas de matemática) sugeriu dar um nome a todos esses espaços e a empolgação dos participantes foi ainda maior. Percebemos que eles se sentiam cada vez mais parte integrante de todo aquele processo. Por fim, discutimos que conceitos matemáticos estavam por trás dessa atividade. Relacionamos o percurso marcado com o durex ao conceito de perímetro de figuras planas, e o espaço interno às figuras em papel pluma ao conceito de área. A aula foi muito boa.

### AULA 2:

Levamos alguns instrumentos de medição, como o metro e réguas de diferentes tamanhos. Pedi que os participantes escolhessem qual era o melhor instrumento para medir as figuras recortadas no papel pluma que trabalhamos na aula anterior. Os alunos prontamente pegaram as réguas e começaram a medir, com muito cuidado, um a um. Perceberam que os lados opostos em cada figura tinham a mesma medida e distinguiram o quadrado do retângulo. Em uma folha de papel, solicitamos que eles desenhasssem a mão livre as figuras em papel pluma e indicassem os valores das medidas que encontraram usando a régua para todos os lados da figura. Buscamos desenvolver, com esta atividade, o olhar matemático para o espaço em papel e durex que construímos no encontro anterior, representados agora de outra forma - desenho a mão livre, e medidas dos lados indicadas. Feito isso, apresentamos um problema: colocar uma cerca em todas as construções. Como isso poderia ser feito? Os alunos logo responderam que bastava “somar tudo”, referindo-se às medidas dos lados das figuras em papel, agora representadas em desenhos que eles mesmo fizeram. Assim que eles deram o resultado da soma, nomeamos essa ação de “cálculo do perímetro” de figuras planas. Pedimos que eles escrevessem no início da folha o que eles haviam aprendido no encontro. Desse modo, os participantes produziram um texto, escrito, ilustrado com figuras desenhadas a mão livre com indicações das medidas de cada lado. Em seguida, outro problema foi apresentado aos alunos: suponhamos que o rolo de durex tivesse 1000 cm de comprimento e quiséssemos saber a quantidade de durex restante no rolo depois de eles terem usado para contornar as figuras. Os alunos discutiram e perceberam que eles deveriam somar os lados de todas as figuras e depois subtrair da metragem do rolo de durex. A maioria deles fez o cálculo mentalmente, pois eles têm muitas dificuldades com algoritmos. Nesse momento, a atividade foi interessante para trabalhar as estratégias de cálculo mental e a operação inversa da adição, que é a subtração. Também trabalhamos algoritmos com os que preferiam executar as operações desse modo. A troca de conhecimentos foi fundamental. Iniciamos uma outra discussão, agora sobre unidades de medida. Discutimos qual era melhor unidade para usarmos em casos específicos: milímetros, centímetros, metros, quilômetros etc..

### AULA 3:

1º momento: Usando um quadrado com dimensão de  $1m^2$  feito em jornal, os alunos deveriam verificar quantos quadrados daqueles caberiam na sala de aula. Nomeamos essa figura de “metro quadrado”. Eles compartilharam muitas ideias, trabalhando cooperativamente para a realização dessa atividade.  
2º momento: Colocamos o “metro quadrado” no chão e perguntamos aos es-

tudantes quantas pessoas caberiam naquele espaço. Eles fizeram estimativas e posteriormente testamos empiricamente, posicionando-nos - os alunos e nós, ali dentro. Depois disso, questionamos o cálculo do número de pessoas em um evento. Representamos um terreno qualquer e uma área qualquer, sem citar a medida de área, por enquanto. A partir disso, começamos a conversar sobre quantas pessoas caberiam nesse terreno hipotético. Conversamos também sobre como deveríamos fazer para comprar pisos em uma loja para revestir um quarto em nossa casa, que informações deveriam ser dadas ao vendedor. 3º momento: Convidamos os alunos para explorar a maquete construída e planejar a colocação de pisos em suas construções. Disponibilizamos vários tamanhos de piso, para os alunos escolherem. Eles selecionaram e colaram. Perguntei-lhes quantos quadradinhos couberam em cada construção. Eles contaram um a um. Começamos a levantar questões até eles perceberem que a resposta poderia ser obtida multiplicando o número de quadrados que cabiam em um lado pelo número que cabia no outro - o que era mais rápido. Finalizamos a aula explorando a noção de área, relacionando as diversas atividades durante a aula.

#### **AULA 4:**

A proposta era que eles fizessem as paredes decorando-as da forma que quisessem usando tintas, canetas, desenhos. Esse projeto de construção da maquete envolveu os alunos, em sua maioria. Eles estavam muito motivados a construir a maquete, e eram caprichosos. Não realizavam a atividade de qualquer maneira, só para o tempo passar. Era perceptível que eles realmente queriam que o trabalho ficasse bom. Para reforçar os conhecimentos aprendidos, perguntamos quando eles estavam pintando as paredes, se aquilo era a área ou o perímetro. E eles prontamente responderam que era a área. Com isso, percebemos que o conceito de área fora entendido. A partir disso diferenciamos esse do conceito de perímetro.

#### **AULA 5:**

Esta aula foi a finalização da maquete. Os alunos concluíram a maquete, acrescentamos algumas motos e carrinhos de brinquedo em miniatura. Ficaram muito animados, talvez com esse diálogo possível com sua realidade. Nessa aula eles terminaram de pintar o que ficou faltando e também colaram algumas coisas. Além disso, “construíram” casas com piscina, moto táxi, estradas para os automóveis, etc. Encerramos com uma roda de conversa para ouvir suas impressões sobre as aulas do Emancipa (português/alfabetização, matemática, história/filosofia, círculos de debate). Os alunos relataram que, como eles ficavam muito entediados por não ter nada pra fazer, alguns levavam as atividades que não precisavam de material e propunham para outros jovens que não participaram do projeto e

“brincavam” de matemática em seus alojamentos. Concluímos que o Emancipa significou algo para esses adolescentes. A resposta dos alunos às nossas propostas sempre foi muito positiva. Quando uma atividade não era dinâmica, eles tinham a liberdade de expressar seu desapontamento para nós. É deste modo que procuramos nos aproximar da educação popular referenciada em Paulo Freire: fundada no diálogo, sem imposições, rica por causa das trocas e do afeto. Entendemos que o que alunos entendiam por escola lhes causava repulsa. Procuramos ainda trabalhar conceitos matemáticos que poderiam ser úteis para a vida fora do espaço socioeducativo. Acreditamos que fomos bem-sucedidos, e isso só foi possível por causa do diálogo, do envolvimento entre educadores e educandos, da confiança desenvolvida ao longo das aulas. É possível perceber, a partir da experiência vivida, que há uma capacidade inexplorada nos adolescentes, que no caso relatado foi incentivada com o uso dos recursos lúdicos no ensino através das atividades aplicadas em matemática. Os alunos se interessavam pelas propostas e, para além disso, obtinham sucesso na realização das mesmas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a experiência do Emancipa Degase pode ser fundamental para pensarmos e repensarmos aspectos inerentes à educação em privação de liberdade e, mais especificamente, à socioeducação. Uma experiência que vem se construindo a partir da ação-reflexão-ação nessa sala de aula, com o esforço de um grupo heterogêneo de educadores que se reúne quinzenalmente para formação continuada, e, principalmente, para debater e construir uma prática mais qualificada. Como dito anteriormente, podemos contar com pouquíssimas referências acerca de uma educação popular e emancipadora em um contexto de privação de liberdade. Desse modo, é fundamental construir coletivamente, com educadores e educandos, como o Emancipa vem se propondo a fazer, uma educação para esse grupo de sujeitos, que se encontram envoltos em uma série de especificidades. Sem desconsiderar as problemáticas enfrentadas pelo sistema público de ensino, dados apontam que, na maioria dos casos, a escola regular, não vem conseguindo garantir a permanência destes adolescentes em seus processos de escolarização. No relatório de pesquisa “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro”, realizado pela Universidade Federal Fluminense e pelo DEGASE (2019), 74% dos 307 entrevistados não estava na escola antes da internação. De acordo com os questionários aplicados, o principal motivo atribuído pelos jovens para não estarem na escola é “não gostar de estudar” (30%); seguido por ter sido expulso da escola (14%); trabalhar e não conseguir manter as atividades escolares (12%); e 8% a entrada na “vida do crime” e por problemas na escola (10%). Nesse cenário, é preciso pensar em estratégias que sejam capazes de oferecer para esses adolescentes caminhos na educação. Caminhos que efetivamente sejam viáveis, e para que isso ocorra, e as experiências positivas do Emancipa Degase vêm demonstrando, é preciso que esses adolescentes participem ativamente do processo. É preciso construir coletivamente com a juventude brasileira, que tem seu direito à educação constantemente negado, um caminho possível e que faça sentido.

## Referências Bibliográficas:

DAVIS, Angela. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FREIRE, Paulo. *Para trabalhar com o povo*. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, Vila Alpina, Zona Leste de São Paulo, SP, 1983.

MENDES, C.L.S. JULIÃO, E. F. (orgs) *Trajetórias de vida de adolescentes em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Degase, 2019.

BRASIL. *Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.*

por: Instituto Terra Nova

# Intra e Extra Muros

a educação como uma ação de transformação

**“Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a "prática da liberdade", o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo.”**

**Paulo Freire**

## O BRASIL E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UM PANORAMA

No Brasil e, no Rio de Janeiro, em particular, a questão da segurança pública está na pauta do dia, e cada vez mais a atenção se volta para a questão dos jovens em conflito com a lei. Da mesma forma, as unidades em que tais jovens são internados têm sido objeto de especulações e análises variadas, em geral, pela precariedade da infraestrutura em termos de recursos físicos, materiais e humanos que essas dispõem e pelo atendimento que oferecem aos internos, na maioria das vezes, considerado deficitário e/ou impróprio por conta da superlotação. Relatórios de Comissões de Direitos Humanos têm reiteradamente apontado para as condições precárias a que estão expostos adolescentes e jovens em conflito com a lei, em situações de internação, no Rio de Janeiro, o que foi motivo de preocupação da gestão anterior do governo do estado, que tomou para sua Secretaria de Educação o desafio de encará-la concebendo e realizando intervenções variadas no âmbito das unidades afins: desde obras de infraestrutura até a execução de projetos educacionais. De acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, infrações leves cometidas por crianças, adolescentes e jovens devem ser “punidas”, preferencialmente, com medidas que ofereçam oportunidade de educação para os mesmos e de sua reinserção na sociedade. Nesses termos, a medida de internação só deve ser aplicada na impossibilidade de outra medida e naqueles casos em que se comprove grave ameaça, reiteração no cometimento da infração e descumprimento da medida imposta, desde que sejam seguidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. No entanto, um levantamento divulgado em 2018, relativo a dados até o ano de 2016, pela ainda Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Governo Federal, mostrou que o Rio de Janeiro é o segundo estado com maior número de jovens em privação de liberdade e em regime de semiliberdade, o que o governo do estado vem tentando equacionar. Segundo dados do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -, existem, no Brasil, mais de 26 mil adolescentes internos em instituições de privação de liberdade. Estes são do sexo masculino (96%); com idade entre 16 e 17 anos (57%); da raça negra (59,08%); não frequentam a escola (71%), não trabalham (49%) e viviam com a família (81%) quando praticaram o delito. Não concluíram o ensino fundamental (quase 65%); eram usuários de drogas (85,6%); e consumiam; majoritariamente, maconha (67,1%); cocaína/crack (31,3%); e álcool (32,4%). Os principais delitos praticados por esses adolescentes foram: roubo (29,5%); homicídio (18,6%); furto (14,8%); e tráfico de drogas (8,7%). No Rio de Janeiro, tais adolescentes e jovens são igualmente do sexo masculino, de baixa renda e afrodescendentes, sobretudo. Situam-se na faixa etária compreendida entre os 12 e os 21 anos (com uma maior incidência daqueles entre os 16 e 17 anos de idade) e apresentam baixa

escolaridade (a maioria não concluiu o ensino fundamental, e o percentual de analfabetos chega aos 10%). Parte deles é reincidente nos centros do DEGASE e um número significativo realizou infrações que estavam relacionadas direta ou indiretamente ao tráfico e uso de drogas. Diferente da percepção popular com relação a jovens em conflito com a lei, poucos delitos violentos são cometidos por aqueles com menos de 18 anos de idade. Em 2016, por exemplo, identificou-se que jovens com menos de 18 anos foram responsáveis por, aproximadamente, 2,2% dos homicídios e 1,6% dos roubos com ameaça ou uso de força, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Os dados mais recentes dessa Secretaria e da 2ª Vara da Infância e da Juventude revelam índices igualmente baixos de delitos violentos cometidos por jovens. Sabe-se que aqueles com menos de 18 anos de idade foram responsáveis por menos de 2% dos homicídios em 2015 e 2017, e por 1,5 a 3,6% dos roubos com ameaça ou uso de força em 2016. De fato, pelo menos dois terços dos jovens entre 12 e 21 anos de idade detidos em 2018, nos centros do DEGASE, praticou algum tipo de infração relacionada com o tráfico de drogas. Vale ressaltar que parte significativa dos jovens que dão entrada nos CRIA-DD's (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente) chegam nesses centros por “progressão de medida”, ou seja, é oriunda da internação. Portanto, a carga de institucionalização já está intrínseca a eles. O próprio Artigo 120 do ECA postula a semiliberdade “como forma de transição para o meio aberto”, assumindo a necessidade de adaptação de pelo menos seis meses (¶2º). Assim, a medida de internação e a de semiliberdade guardam uma conexão íntima, da mesma forma que, na prática, os espaços institucionais que são reservados para estas. Nesse tocante, a profissionalização é obrigatória na execução da medida de semiliberdade (Art. 120, ¶ 1º, enquanto na internação é um direito, Art. 124, XI) o que, todavia, é de difícil cumprimento. Isto porque poucas unidades de internação e poucos CRIAAD's têm condições de oferecer cursos sistemáticos de iniciação e capacitação profissional que qualifiquem esse público e de contar com profissionais para intermediar a sua inserção no mercado de trabalho, vencendo o estigma que carregam consigo. Nesse sentido, e por uma série de circunstâncias adversas explicitadas na ausência de uma política pública efetiva que viabilize o cumprimento dos preceitos legais, tais estabelecimentos têm dificuldade em cumprir a contento com sua missão, o que tem sido objeto de denúncias e críticas contundentes por parte de diferentes atores sociais. Dentro desse contexto, realização de ações pedagógicas, de cunho educacional, profissional e artístico, visando a reinserção desse jovem à sociedade, são de extrema importância. A reinserção desse jovem à sociedade, são de extrema importância. Para tal, tais ações são idealizadas alinhando-se com as prioridades do governo e da

sociedade brasileira que, reiteradamente, tem apontado a problemática da segurança pública como um dos maiores desafios a serem aqui enfrentados, juntamente com a inclusão de jovens de baixa renda e escolaridade, vivendo em comunidades dominadas pela violência armada, no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além disso, está em consonância ainda com as novas concepções na política de atendimento socioeducativo a jovens em conflito com a lei no país, conforme apontadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - e pelo Projeto Político-Pedagógico do DEGASE, o qual preconiza a implementação de ações que permitam que jovens em conflito com a lei cumpram medidas socioeducativas de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a oferta do suporte institucional e pedagógico devido; de educação, esporte, cultura e lazer; saúde; ações de apoio e integração familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; segurança; respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual (Plano Estadual).

## **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E O SURGIMENTO DO NOVO DEGASE**

Em 1990, promulgou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (MS, 1991) fruto da ratificação da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a considerar a população infanto-juvenil como sujeito de direito e merecedora de cuidados especiais e proteção prioritária. Esta lei revogou o Código de Menores de 1979. Este Estatuto considera que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos que cometem crime ou contravenção penal. A estes jovens não podem ser perpetradas penas, e sim medidas socioeducativas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, além de outras medidas que visem ao acompanhamento do infrator na família, escola, comunidade, serviços de saúde etc. A medida de internação é aquela que coloca o infrator sob custódia do Estado, privando-o de liberdade total ou parcial. Esta medida somente pode ser aplicada pelo juiz em caso de infração cometida por meio de grave ameaça ou violência à pessoa e no caso de reincidência de ato infracional grave. Não há previsão de tempo para a internação, contudo a permanência do jovem nesse estabelecimento não pode ultrapassar o prazo de três anos, devendo ser reavaliada a cada semestre<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>(Oliveira & Assis, 1994, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1023.pdf>)



## **A DIFERENÇA ENTRE O ANTIGO E O NOVO: DO DEGASE AO NOVO DEGASE**

O Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Com o objetivo de atender aos preceitos constitucionais e de conformidade com o que passou a chamar-se Sistema Socioeducativo, ocorrido na vigência da Constituição da República de 1988, houve a descentralização político-administrativa. A criação do Novo Degase ocorreu a partir da interlocução do Governo Estadual com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBIA, (órgão do Governo Federal no período de 1991 a 1994) em consonância com as diretrizes político-governamentais de promoção, defesa e garantia de direitos de proteção legal. Neste período, houve absorção integral dos adolescentes atendidos pela CBIA, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas, fato que acarretou demandas específicas no atendimento. Dessa forma, a descentralização física se une à gerencial, envolvendo todos os Sistemas de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente previstos para diminuição do ingresso e da reincidência a instituição. Tem como atribuições a missão de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária; e a visão de ser uma instituição integrante do Sistema de Garantia de Direitos reconhecida nacionalmente como órgão de excelência, responsável pela execução da política de atendimento Socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, em prol de uma sociedade livre, justa e solidária. No entanto, para se entender todo o processo instaurado para se chegar ao formato de atendimento atual, é necessário expor um breve histórico das instituições anteriores desde o surgimento do atual Novo DEGASE.

## **UMA BREVE CONSULTA AO PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE E PENSAR NO FUTURO**

De acordo com Jean Maciel Xavier (2007, p. 64), em 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM - pelo poder executivo federal, através da Lei Federal 4.513, de 01/12/1964, com o objetivo de substituir a ação do Serviço de Assistência a Menores – SAM -, no atendimento ao menor infrator e ao menor desvalido. A FUNABEM veio incorporar o patrimônio e as atribuições do SAM. Essa substituição deu-se em razão de críticas da sociedade da época, por conta do tratamento dispensado aos menores pelas unidades de atendimento do SAM. Dessa forma, a criação da FUNABEM fixa-se como diretriz da política nacional de assistência do “menor”. Os princípios que norteiam essa política estão contidos em documentos internacionais a que o Brasil tenha aderido e que venham a resguardar os direitos do menor e da família. De acordo com o artigo 6º do código:

- I** - Assegurar prioridade aos programas que visem a integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos;
- II** - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aproximadas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente se venha a admitir internamento do menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial, nenhum internamento se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho
- III** - Respeitar, no atendimento às necessidades de cada região do País as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades. (BRASIL, 1964).

A grande maioria dos menores atendidos pelo SAM, e depois pela FUNABEM, não se tratava de menores infratores e sim de menores em situação de carência financeira. De acordo com Câmara e Santos (2013, p. 95), o “problema do menor infrator, cuja incidência em nosso meio é quase insignificante”, é que “o menor carenciado se constitui um grave desafio”. Essa situação se dava pelo contexto socioeconômico do país. A Política Nacional de Bem-Estar do Menor, de âmbito federal, demandou esforços das três esferas públicas - União, Estado e Municípios -, para a criação de políticas locais de atendimento ao menor. A fim de operacionalizar a política de assistência, foram criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEMs -, órgãos executivos, responsáveis pela prática das orientações elaboradas pela FUNABEM, através do atendimento direto dos menores.

De fato, muitos dos grandes internatos, tipo FEBEM, já existiam com outras denominações e apenas foram rebatizados; outros foram construídos com a mesma finalidade de internação e reclusão de menores. A Lei Estadual 1.534, de 27/11/1967, autorizou o Poder Executivo a instituir a FEBEM no Estado do Rio de Janeiro. A Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - foi um marco para as políticas de atendimento à criança e ao adolescente. O estigma do termo “menor”, dado pela correlação da criança ou adolescente envolvido com infrações, generalizou o tratamento dessa classe. O ECA modifica essa realidade, agindo de forma protetiva à criança desamparada e com ações socioeducativas aos adolescentes. Esse contexto histórico é tratado na subseção 3.1, que caracteriza a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina de Proteção Integral e a mudança de paradigma da primeira para a segunda, no tratamento do menor e na proteção da criança e do adolescente. O ECA foi um divisor de águas, tanto que a FUNABEM foi extinta, dando lugar à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA -, através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que tinha como competências: formular, normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como prestar assistência técnica a órgãos e entidades que executem essa política. Com a Estadualização da execução de medidas socioeducativas, a FCBIA foi substituída pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, [...] para atender os preceitos constitucionais e de conformidade com a chamada estadualização o que passou a designar-se Sistema Socioeducativo, que ocorreu já na vigência da Constituição Federal de 1988 e que foi determinante na descentralização político-administrativa. (COSTA, 2006, p. 3). O DEGASE foi criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, e é responsável pela aplicação das medidas socioeducativas, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aos adolescentes em conflito com a lei, no estado do Rio de Janeiro. Essa instituição nasce subordinada à Secretaria Estadual de Justiça e Interior e sua existência já esteve subordinada a 12 (doze) outras secretarias estaduais. Isso demonstra que a questão do adolescente em conflito com a lei foi, e continua sendo crítica, percorrendo as mais diversas instâncias até estar, desde 2008, vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ). Atualmente possui dotação orçamentária própria. A vinculação à Secretaria de Educação acontece no governo de Sérgio Cabral, para que a socioeducação estivesse ligada às questões pedagógicas e de formação integral do indivíduo. A opção por um novo caminho que levasse a uma socioeducação real, rompendo com um passado de décadas de abandono e descaso, foi uma tomada de posição governamental. (...). Essa correção de rumo, só foi possível pelo planejamento estratégico, com a previsão de ciclos de estudos para seus

<sup>2</sup> Esse texto foi extraído do site do próprio DEGASE e está disponível no seguinte link: <http://www.degase.rj.gov.br/instituicao/quem-somos>

gestores, visando o alinhamento conceitual, estratégico e operacional do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Isso permitiu a criação de novas unidades para descentralizar a internação, e adequação das já existentes, aliados a uma nova filosofia de trabalho, acabou por fazer surgir o Novo DEGASE comprometido com uma socioeducação de verdade. (DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS, 2013, p. 37). Com a proposta de mudança de perspectivas para o atendimento do adolescente em conflito com a lei e a vinculação à Secretaria de Educação, o DEGASE também muda sua nomenclatura para Novo DEGASE. O Novo DEGASE é uma das únicas instituições de atendimento socioeducativo aos adolescentes e jovens em conflito com a lei vinculada à educação, na administração direta. Isso possibilita uma inserção maior no atendimento socioeducativo, já que os seus preceitos estão alinhados às normativas nacionais e internacionais de atendimento socioeducativo. O Novo DEGASE tem seu quadro de funcionários formado por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, musicoterapeutas, profissionais da saúde, educação, informática e os agentes socioeducativos, que são responsáveis pelo tratamento e proteção diários dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade ou semiliberdade. Estes profissionais estão alinhados com a política de proteção integral, preconizada pelo ECA, SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o PASE (Plano de Atendimento Socioeducativo) e atuam diretamente na atividade final da instituição.<sup>3</sup>

## **DO PAPEL À AÇÃO: PROJETO UM NOVO HORIZONTE E SEUS RESULTADOS**

O Projeto Um Novo Horizonte é uma iniciativa do Instituto Terra Nova (ITN) em parceria com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo DEGASE), que consolida e aperfeiçoa uma bem-sucedida experiência de promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei, realizada entre 2014 e 2016. Tem como objetivo facilitar o processo de reinserção social e iniciação profissional de crianças, adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de internação, de semiliberdade e de liberdade assistida, localizadas nos bairros da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, e em São Gonçalo. Vale registrar que o projeto está alinhado com as prioridades do governo e da sociedade brasileira em geral que, reiteradamente, têm apontado a problemática da segurança pública

<sup>3</sup> Todas as informações contidas no tópico “Uma Breve Consulta ao Passado”, é proveniente da tese mestrado “Diagnóstico da gestão de documentos no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE”, de Jean Maciel Xavier, apresentada e defendida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2017. As informações constam na página 64, no item 4.1.

como um dos maiores desafios a serem aqui enfrentados juntamente com a inclusão de crianças, adolescentes e jovens de baixa renda e escolaridade, vivendo em comunidades dominadas pela violência armada no processo de desenvolvimento econômico e social do país. Dessa forma, essa proposta foi construída em consonância com as novas concepções na política de atendimento socioeducativo, conforme apontadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE - e pelo Projeto Político-Pedagógico do DEGASE, o qual preconiza a implementação de ações que permitam que crianças, adolescentes e jovens em conflito com a lei cumpram medidas socioeducativas de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a oferta do suporte institucional e pedagógico devido; de educação, esporte, cultura e lazer; saúde; ações de apoio e integração familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; segurança; respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual. Assim, o projeto está calcado na realização de ações educacionais, artísticas-culturais e de iniciação profissional, em contraturno às atividades escolares desenvolvidas pelas instituições de ensino formais localizadas nas dependências do Novo DEGASE. Tem como foco o atendimento a 1.180 crianças, adolescentes e jovens em atividades de iniciação profissional para adolescentes e jovens, a partir de 14 anos, na área de construção civil e hotelaria, como também atividades artísticas e culturais, voltadas para crianças a partir dos 12 anos.

As ações são realizadas em ciclos com duração de três meses para cada atividade, em aulas ministradas uma vez por semana, com duração de quatro horas, totalizando uma carga horária total de 54h. São atendidas unidades de internação socioeducativas do DEGASE, como Escola João Luiz Alves (EJLA), CENSE Dom Bosco, Cense Ilha, CENSE PACGC (atendimento feminino), unidades de internação, localizadas na Ilha do Governador e CRIAAD São Gonçalo (unidade de semiliberdade). O projeto oferece cursos nas áreas da Construção Civil (Manutenção e instalação de ar condicionado, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Pintor de Obras, Encanador Predial), Hotelaria (Garçom) e Cultura (Stop Motion, Oficina de vídeo, Artes Cênicas). Além das oficinas, são realizadas palestras e círculos de leitura, com temáticas voltadas para equidade de gênero, identidade, empreendedorismo e assuntos pertinentes ao público em questão, visando o diálogo sobre os diferenciados pontos de vista acerca dos assuntos, colocando em voga o respeito ao olhar e vivência do outro.

### **META E METODOLOGIA: É PLANEJANDO E CONVERSANDO QUE A GENTE CHEGA LÁ**

Em constantes debates ouve-se falar na educação como prevenção, mas não colocam em pauta os adolescentes e jovens que já estão cumprindo medidas

socioeducativas, no sentido de discutir a melhor forma de reinserção desse público à sociedade, com direitos a oportunidades concretas de crescimento pessoal e profissional. Os maiores índices de internação no Novo DEGASE se dão através das reincidências, que chegam a um quantitativo de 75% (setenta e cinco por cento). E em sua totalidade são jovens que passaram pelo sistema, mas não puderam ter acesso à socioeducação em sua atividade plena. O projeto Um Novo Horizonte tem a meta de qualificar 1180 jovens internos do DEGASE, nas áreas da construção civil, hotelaria e cultura, além de realização de palestra, contemplando assuntos e temas transversais como saúde, meio ambiente, equidade de gênero, respeito às minorias, igualdade racial, economia e sustentabilidade ambiental x econômica. Tais ações têm por finalidade contribuir para que as unidades do DEGASE envolvidas com o projeto tenham condições de oferecer oportunidades concretas de crescimento e amadurecimento pessoal e profissional de jovens em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas, visando sua reinserção social e profissional, melhoria da qualidade de vida e respeito aos respectivos direitos e deveres de cidadania. Assim, para alcançar tal meta, aplica uma metodologia que seja condizente com o público que está sendo atendido. A base da doutrina de proteção integral, presente na Constituição Brasileira e também no ECA, estabelece que o protagonismo é uma condição pedagógica que permite ultrapassar uma concepção assistencialista de políticas sociais para adoção de uma perspectiva emancipatória. Nesse contexto, o educando é percebido como sujeito da sua história e deve participar do processo de construção de sua própria formação e saber, inclusive da identificação/construção de oportunidades e, sobretudo, da definição de escolhas conscientes e responsáveis com relação à sua vida. Nessa abordagem, da mesma forma que afetamos, somos afetados e direcionamos nossa prática educativa para evidências didáticas que se identificam no processo. De fato, segundo Souza Neto & Centolanza (2010) na ação socioeducativa que envolve relações de implicação entre educandos e educadores, a metodologia de intervenção contribui para a construção do conhecimento e o encontro de soluções para o problema em foco. Nesse contexto, as pessoas falam de sofrimentos, esperanças, desilusões, empolgamentos, e buscam soluções. “Nela, os sujeitos e objetos não estão mortos, são protagonistas, ambos se constroem. Tal procedimento abre campo para um engajamento comum [...] nos processos de alteração e de mutação social nos quais vivem ou sofrem as pessoas [...]” (Souza Neto, 2006, p. 77). Acredita-se que as medidas socioeducativas implicam numa atuação transdisciplinar em que o sujeito, o educando, tem a oportunidade de avaliar/rearticular as dimensões

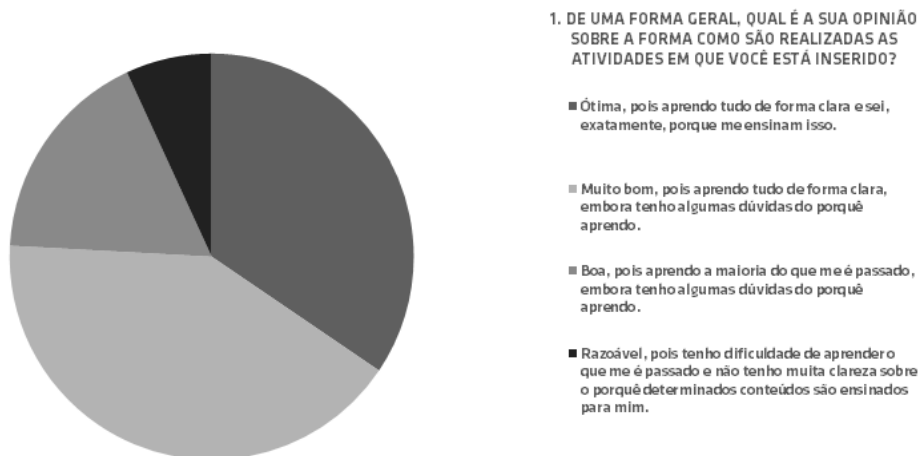
que envolvem seu modelo de convivência social, as emoções vividas a sós e em grupo e a capacidade de sonhar, de aprender e de fazer. Nesse caso, percebe-se o sujeito como alguém capaz de aprender a desenvolver/exibir sua criatividade - essencial para que ele descubra o sentido da vida e perceba que vale a pena viver e conviver. Dessa forma, busca-se potencializar os recursos que são identificados nos jovens com os quais trabalhamos, acreditando no seu potencial. Nesse sentido, o Instituto Terra Nova (ITN) tem uma proposta político-pedagógica emancipatória apoiada no direito à cidadania de brasileiros excluídos social e economicamente do desenvolvimento do país. Entende que tal conquista se dá fundamentalmente através da iniciação e qualificação profissional, da inserção no mercado de trabalho. Este processo de inclusão social apoia-se não apenas na preparação técnica e no atendimento das demandas dos postos de trabalho, mas na formação integral de seus educandos, destacando a importância de complementação da escolaridade e o desenvolvimento da cidadania crítica. Tem ainda como princípio norteador o estabelecimento de redes de parcerias, envolvendo entidades governamentais e não-governamentais, perseguindo a articulação entre políticas públicas de educação, trabalho e desenvolvimento. Dessa forma, as práticas educativas do ITN são pautadas nos referenciais teórico-metodológicos de Paulo Freire. O pensamento do educador brasileiro contribui para uma prática educativa crítico-reflexiva, criando um ambiente de diálogo que respeita as curiosidades e diversidades culturais dos educandos e que possibilita ter o trabalho como princípio educativo. O processo educativo privilegia o vínculo entre o educador e o educando tendo como estratégia fundamental o estabelecimento de relações dialógicas, mediatizadas pelas oficinas pedagógicas. Assim, as ações têm seu enfoque na participação social, nas trocas e na interação entre educador/educando/comunidade/sociedade envolvente, através de uma abordagem que garante a interdisciplinaridade. Esta proposta metodológica converge com o conceito de competências básicas, que, por sua vez, afina-se intimamente com a ideia de empregabilidade (desenvolver habilidades e competências para o trabalho) e de protagonismo juvenil (participação comunitária responsável e consciente). O método adotado perpassa as várias ocupações nas áreas da construção civil, de hotelaria e artística/cultural, propiciando o saber-fazer e o saber-ser, que se traduzem em processos de emancipação individual, na organização de formas coletivas de geração de renda e na elevação da autoestima. O ITN acredita que tal metodologia constitui um sistema eficaz de aprendizagem, que adota propostas da Educação Popular, no que tange a pensar o indivíduo como sujeito e objeto do processo de aprendizagem.

Os educadores têm como objetivo o estímulo a subjetividade, à autonomia, à criatividade e à iniciativa, de modo a preparar cidadãos para articularem-se face às exigências do mercado e à conjuntura social contemporânea. Para que isto se concretize, a instituição propõe o acompanhamento social dos educandos, desde a sua inserção nas oficinas pedagógicas, passando pelo seu período de adaptação e progressão nas atividades.

### **DOS RESULTADOS ALCANÇADOS: CADA PASSO É UMA CONQUISTA**

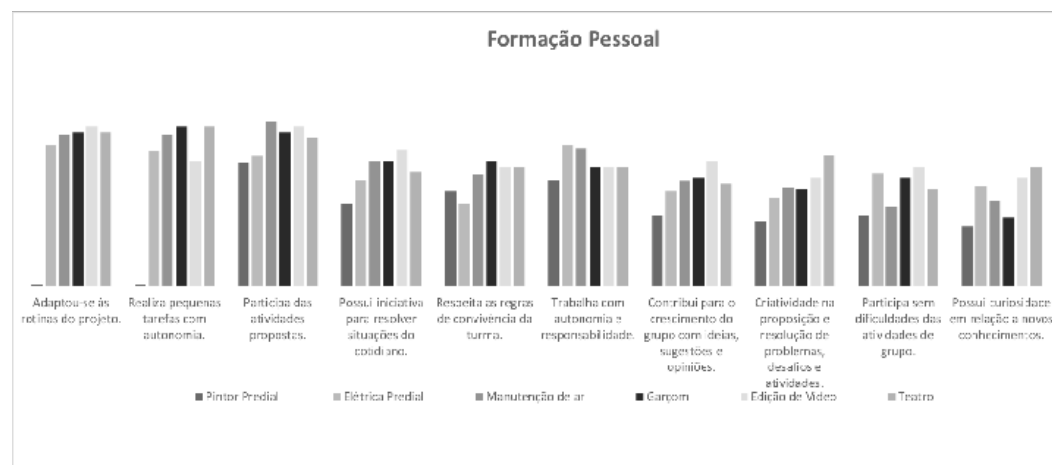
O projeto está na execução de seu quinto ciclo e já superou a sua meta estipulada. O número de atendimento atual (200), somado aos quatro períodos anteriores (1.233), totalizam 1.433 pessoas atendidas até o momento. Sobre os participantes eventuais, 105 pessoas foram atendidas em palestras e sensibilizações para os educandos nesse período, que somados aos atendimentos dos períodos anteriores (295) totalizam 400 pessoas. As avaliações e o monitoramento ocorrem mensalmente durante a execução do projeto com o objetivo de verificar se as atividades estão ocorrendo da maneira prevista, se o desenvolvimento dos educandos e se a atuação dos educadores está condizente com as expectativas planejadas e esperadas. Para estes fins, são redigidos relatórios trimestrais, avaliações em grupo e entrevistas individuais com os participantes. Esta metodologia possibilita a identificação de eventuais desvios na proposta original e fragilidades no processo de ensino-aprendizagem, permitindo a reorientação das atividades e a implementação de novos recursos e soluções que garantam o alcance das metas estabelecidas. É valioso ressaltar que todo processo de avaliação implica na revisão do processo de aprendizagem, considerando o impacto das ações em consonância com o atendimento dos objetivos propostos. Esta concepção é comumente relacionada à ideia de mensuração de mudanças do comportamento humano, fortalecendo a ênfase no aspecto quantitativo. No entanto, os valores sociais vão além de dados numéricos e precisam ser considerados, tendo em vista que envolvem atitudes, desejos e perspectivas. Por considerarmos que o processo avaliativo deve ser plural e participativo, este projeto estabelece a corresponsabilidade de todos os envolvidos na obtenção de dados e busca de alternativas para a construção de um trabalho de referência cujo eixo seja: aprender e, principalmente, buscar novas aprendizagens. Dessa forma, visando o acompanhamento, quantitativo e qualitativo, do impacto resultante da implementação do Projeto com o público em questão nesses ciclos de atividade, foi estabelecido pela instituição indicadores de monitoramento e avaliação. Como unidades de análise foram utilizados os educandos e educadores participantes, sendo a metodologia efetiva a aplica-

ção de questionários e contatos diretos com os envolvidos. O objetivo da aplicação desses indicadores é a tentativa de mensura das possibilidades de se lançarem sementes para o desenvolvimento de um ser humano mais autônomo e apto a ter uma participação cidadã na vida coletiva. O primeiro indicador refere-se à eficiência pedagógica ao que tange a mudança de atitude, visando obter do educando informações sobre como esse curso influenciará sua vida futura com relação a si próprio e as pessoas com quem convive. As categorias de avaliação foram as seguintes estabelecidas: (1) qualidade das ações implementadas, (2) conteúdo implementado, (3) utilização do conhecimento adquirido e (4) expectativa de crescimento pessoal e profissional. Além da autoavaliação dos educandos, também foi estabelecida análise dos educadores sobre as turmas do projeto, nessas mesmas categorias. Com relação à categoria (1), os resultados obtidos junto aos educandos foram os seguintes:

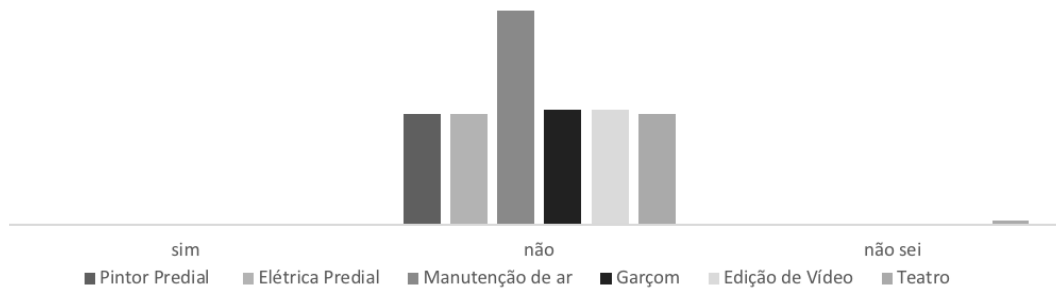


A partir desse resultado obtido é possível ressaltar a importância do Projeto para a criação da consciência de que o processo educativo é algo tangível e acessível aos participantes, tendo em vista o elevado resultado do nível “ótimo” e “muito bom”. Devido ao fato do público alvo ser formado, majoritariamente, de adolescentes e jovens, entre 15 e 18 anos, o ato de dotá-los de uma opinião positiva acerca da obtenção do conhecimento através da educação, os torna capazes de serem pessoas autônomas e críticas, que é o passo primordial para a criação de cidadãos responsáveis, possuidores da capacidade de influenciar, de forma positiva, a sociedade pela sua própria voz ativa. É importante ressaltar, igualmente, o fato de nenhum educando ter respondido ao questionário a avaliação na categoria “ruim” nesse quesito. Nesse tocante, a categoria (2) pode ser diretamente relacionada aos resultados alcançados na categoria (1). Eis o resultado obtido:

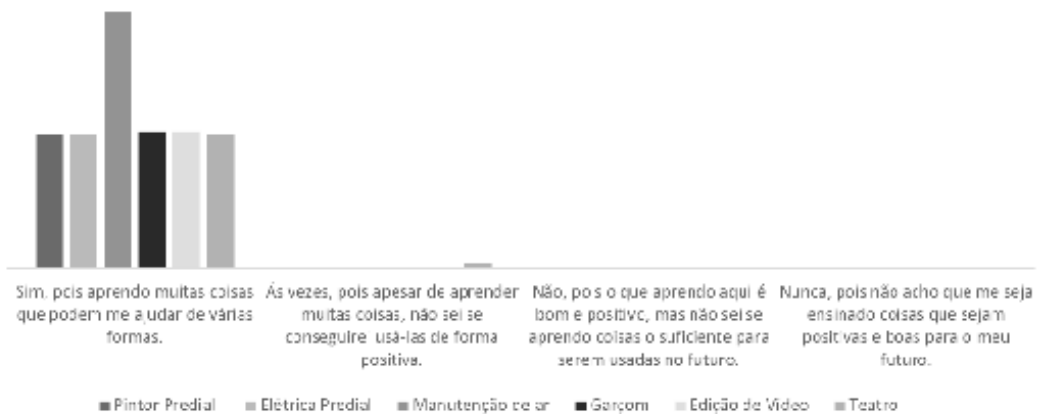
O objetivo da avaliação dessas categorias é a criação de possibilidades de estimular a capacidade dos educandos de desenvolverem uma consciência do mundo laboral real e de como se tornar uma pessoa com conhecimentos amplos, capaz de atuar de forma dinâmica na sociedade em que vive. Esse entendimento foi apreendido de forma ampla por eles, já que é possível perceber que todos responderam “não” a essa pergunta, reconhecendo que aprendem para além das competências específicas do curso que participam. Com relação a esse tema, foi obtido o seguinte resultado na categoria (3): Os resultados anteriores à categoria (3) revelam um avanço no quesito de reconhecimento de que a educação é um investimento pessoal relevante e um caminho interessante para o crescimento individual. Dessa forma, o gráfico em questão ratifica, de uma forma significativa, esse reconhecimento, já que 99% dos educandos consideram que todos os conteúdos apreendidos são importantes para a construção da sua vida futura, seja em âmbito pessoal ou profissional. Essa informação é mais uma vez confirmada, através do resultado da categoria (4), em que a maioria afirmou que o que é aprendido em sala de aula contribui para a melhoria da sua qualidade de vida. Para vias de monitoramento do Projeto, também foram aplicadas ferramentas voltadas para a avaliação da formação pessoal e dos conhecimentos já adquiridos de cada participante. Dessa forma, foi mensurada a capacidade dos educandos em utilizar os conceitos básicos de Português e Matemática, presentes no conteúdo programático da educação básica, além do fator autoestima. Com isso, foram aplicados questionários a fim de mensurar as seguintes categorias de avaliação: domínio da expressão oral e escrita da língua portuguesa, domínio da lógica matemática, autoestima e convivência entre os participantes. Com relação as categorias acima, eis o resultado obtido:



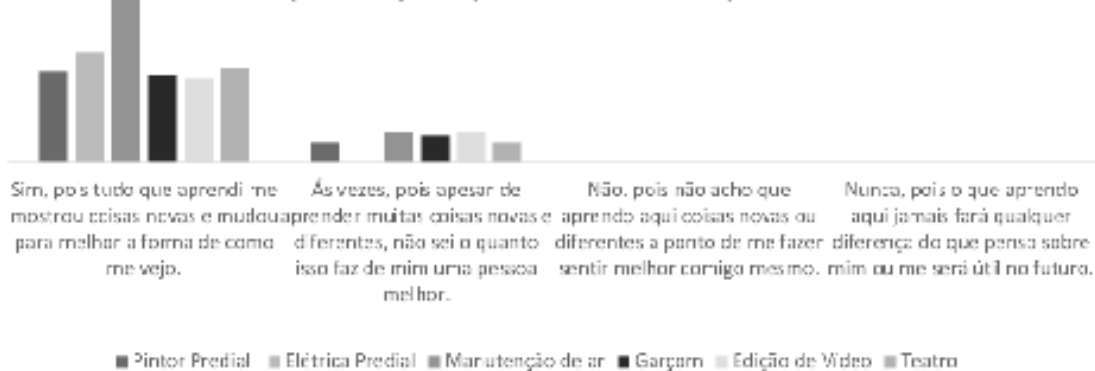
## 2. Você acha que só aprende conteúdos relacionados a sua atividade específica?



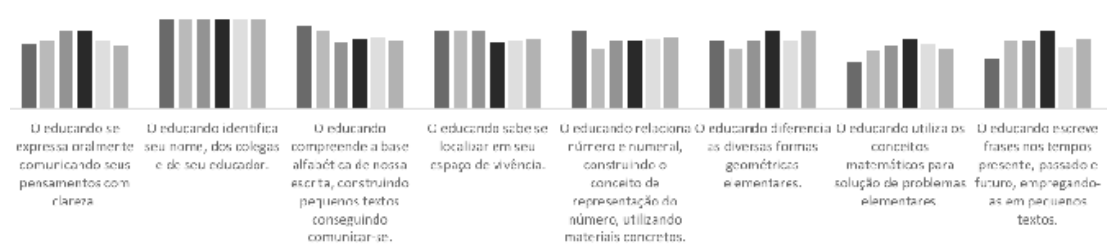
## 3. Você acha que conseguirá usar de forma positiva tudo o que você aprende aqui com relação ao seu futuro?



## 4. Você acha que tudo o que é ensinado na oficina da qual você participa, contribui para que você seja uma pessoa melhor e um bom profissional?

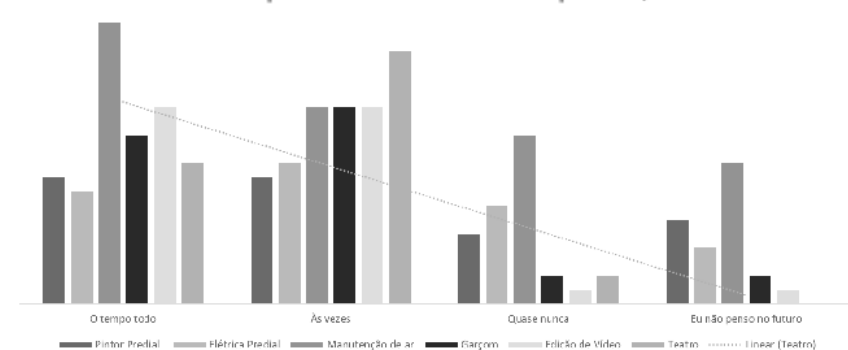


## Áreas de Conhecimento

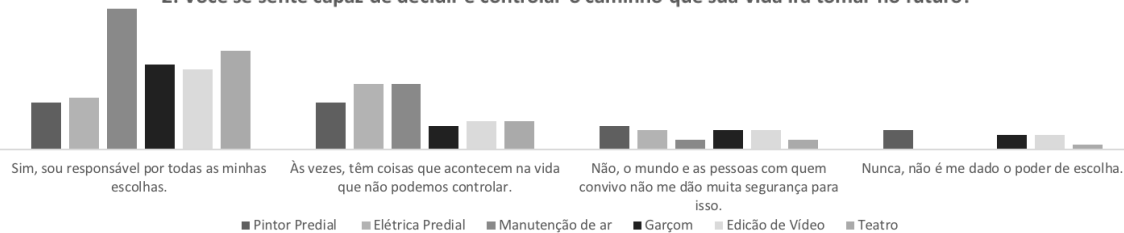


Cerca de 98% dos educadores questionados apontam que há problemas visíveis, referente ao público em questão, no tocante a utilização da Língua Portuguesa, de forma oral e escrita, como ferramenta de comunicação e expressão, já que, embora consigam se expressar, a fala é carregada de gírias e palavras de baixo calão. Tal dado constitui um alerta com relação ao trabalho que precisa ser desenvolvido na área da comunicação oral, principalmente voltada para o mundo do trabalho. Com relação a escrita, embora a maioria dos jovens seja “teoricamente” alfabetizada (há um grande índice de analfabetismo funcional), alguns educandos, cerca de 10%, têm dificuldade de escrever e ler palavras simples, alguns possuem limitação básica, como ler e escrever o próprio nome. Esse fator indica um estágio de analfabetismo considerável, contrariando, diretamente, a informação sobre escolaridade que possuem. De acordo com as melhorias auferidas, o próprio educando chama a atenção para a elevação da autoestima. A autovalorização é um importante degrau a ser galgado no caminho desses jovens para a construção de cidadãos autônomos, pois só através dela o sujeito possui condições para construir ideias próprias e externalizá-las de forma crítica e consciente. Os resultados obtidos, referentes à maior valorização de si próprio pelos educandos, acabam por refletir na melhor convivência deles com aqueles que os cercam, como membros de sua família e demais pessoas de seu convívio direto. Esses são exemplos que revelam a capacidade do Projeto em fornecer ferramentas que, quando bem utilizadas, resultam na formação de cidadãos autônomos e capazes de transformar positivamente a sociedade onde vivem. Os dados quantificados relativos às últimas categorias são os seguintes:

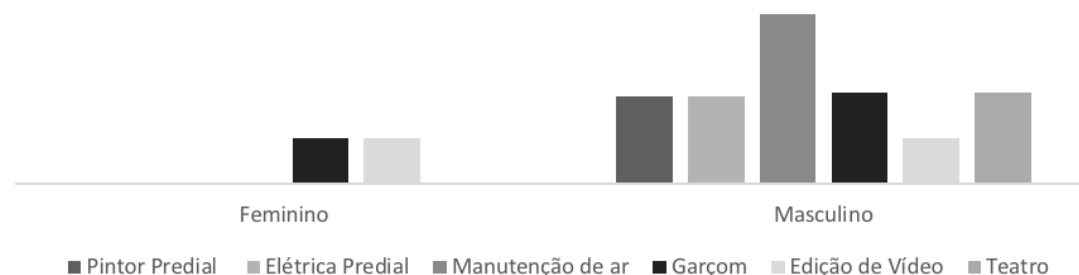
## 1. Costuma pensar como será sua vida daqui há 10, 15 ou 20 anos?



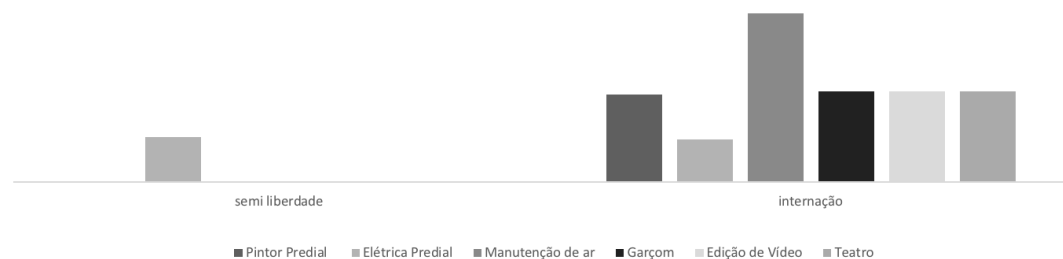
## 2. Você se sente capaz de decidir e controlar o caminho que sua vida irá tomar no futuro?



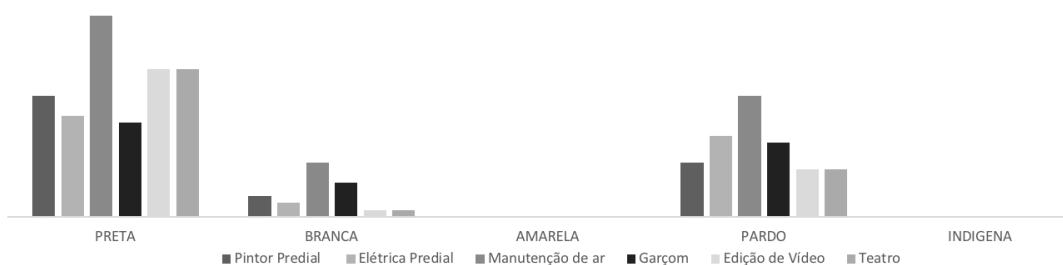
## Gênero



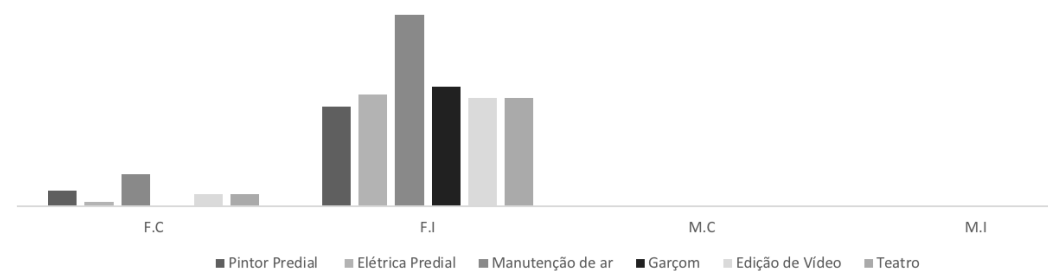
## Medida Socioeducativa do público atendido



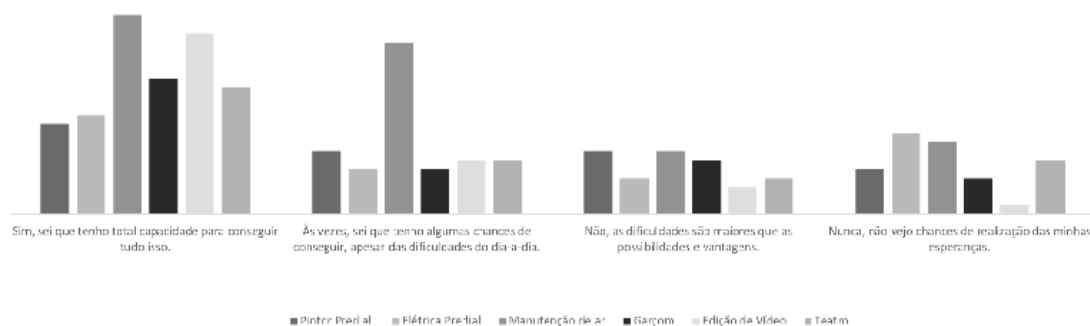
## Etnia



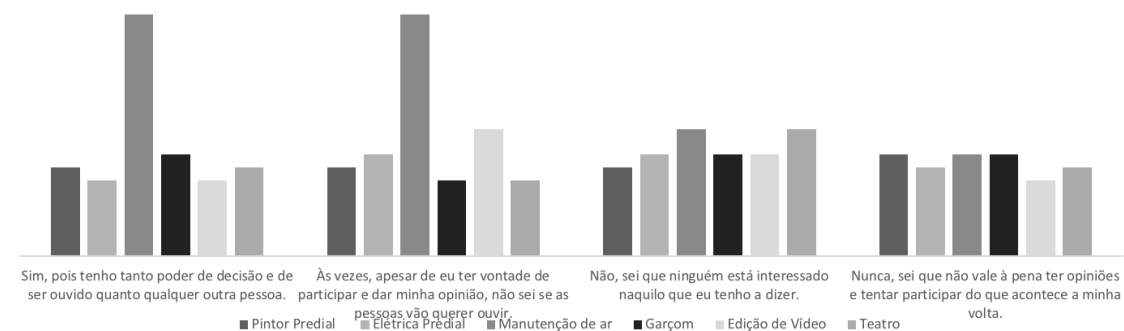
## Escolaridade



## 3. Você se vê como uma pessoa que no futuro poderá pagar as contas em dia, ajudar sua família a comprar comida e ter algum lazer?



## 4. Você se vê como uma pessoa cujas escolhas podem influenciar o mundo (bairro, cidade, país) onde vive?



Sobre o perfil do público atendido, é possível afirmar que a maioria é do sexo masculino, negro, entre os 15 e 18 anos, com escolaridade baixa, já que não terminaram o ensino fundamental. Além disso, cumprem medida socioeducativa em regime fechado, o que indica gravidade no ato realizado. Para verificação dos dados acima mencionados, seguem os gráficos referentes a essa mensuração:

**considerações  
finais:**

**UM  
NOVO  
HORIZONTE  
É POSSÍVEL**

Conforme salientado, o trabalho realizado no projeto Um Novo Horizonte está em perfeita consonância com as novas concepções na política de atendimento socioeducativo a jovens em conflito com a lei no país, conforme apontadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - e pelo Projeto Político-Pedagógico do Novo DEGASE, o qual preconiza a implementação de ações que permitam que adolescentes e jovens cumpram medidas socioeducativas, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mediante a oferta do suporte institucional e pedagógico devido; de educação, esporte, cultura e lazer; saúde; ações de apoio e integração familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; segurança; respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual (Plano Estadual). No Rio de Janeiro, o DEGASE possui unidades de internação e de semiliberdade, denominadas CRIAAD's. Parte significativa dos jovens que dão entrada nessas últimas unidades, chega por “progressão de medida”, ou seja, é oriunda da internação. Portanto, a carga de institucionalização já está intrínseca a eles. O próprio Artigo 120, do ECA, postula a semiliberdade “como forma de transição para o meio aberto”, assumindo a necessidade de adaptação de pelo menos seis meses (§2º). Assim, a medida de internação e a de semiliberdade guardam uma conexão íntima, da mesma forma que, na prática, os espaços institucionais que são reservados para estas. A profissionalização é obrigatória na execução da medida de semiliberdade (Art. 120, § 1º, enquanto na internação é um direito, Art. 124, XI) o que, todavia, é de difícil cumprimento. Isto porque poucas unidades de internação e poucos CRIAAD's têm condições de oferecer cursos sistemáticos de capacitação profissional que qualifiquem o adolescente e o jovem em cumprimento de medida e de contar com pessoal para intermediar a sua inserção no mercado de trabalho, vencendo o estigma que carregam consigo. A metodologia do projeto é bastante adequada para atender os objetivos que este se propõe porque está baseada na participação e no envolvimento de todos, não somente na sua execução como na concepção respectiva, revista sempre que necessário. Do ponto de vista pedagógico, tal participação tem viabilizado o diálogo e a troca entre gestores, educandos e educadores, favorecendo o protagonismo responsável. Como dito, suas atividades têm sido realizadas a partir do pressuposto que as unidades onde este se realiza devem se traduzir em um ambiente propício para a reflexão sobre direitos e deveres humanos, que garanta o protagonismo juvenil na busca do desenvolvimento pessoal e profissional daqueles envolvidos. Tais unidades devem também ser percebidas como locais adequados para a realização de atividades diversas que têm como principal eixo norteador a educação para a cida-

dania. Com isso, os jovens beneficiários do projeto passam a ter diante de si uma oportunidade de se “mobilizar” em favor de uma causa, em favor de uma vida melhor, em níveis profundos, como uma opção de natureza pessoal, que lhes é fonte de felicidade, de gratificação, de sentido de autorrealização. Do mesmo modo, a promoção da resiliência junto a estes jovens é percebida como uma das formas de efetivação da proposta pedagógica do Um Novo Horizonte, que permite um aprofundamento da execução de medidas socioeducativas, fazendo com que os mesmos, nessa sua experiência de restrição de liberdade, consigam construir um sentido de vida e das coisas que lhes é próprio, um lugar no mundo, no presente e principalmente, no futuro. Vale ressaltar, no entanto, que resiliência é um fenômeno psicológico a ser construído em cada caso, e não pode ser deixado que o jovem a exerça sozinho, como tarefa sua. Daí a importância da presença de educadores capazes de dar orientações e proporcionar experiências que sirvam de referencial, como pessoas significativas que inspiram o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima. Educadores do projeto têm conseguido aplicar esta metodologia e têm sido percebidos como referenciais. Portanto, aprendeu-se que o projeto está no caminho certo. A reinserção pessoal e profissional dos jovens beneficiados com este está sendo alcançada em função da adoção de uma proposta de trabalho subjetivo, interdisciplinar, em que, em reuniões sistemáticas, as metas são traçadas com base nos condicionantes existentes e conquistas alcançadas. A elevação da autoestima e o protagonismo são pontos de convergência. Os jovens demonstram um novo credo, constituído das verdades expostas, seja nos campos lúdicos (oficinas de culturais e artísticas) e/ou nas atividades profissionais e empreendedoras. Há perspectiva onde outrora era só lamento, nas palavras de um agente. Sob este aspecto, é importante frisar que os agentes, em geral, hoje estão mais solícitos sinalizando com otimismo para as mudanças comportamentais que percebem nos jovens. O processo está sendo construído com todos os envolvidos, e esta sinergia aponta para o sucesso da iniciativa. Finalmente, o projeto mostra que é possível evitar a reincidência e, muito mais do que isso, oferecer condições dignas para a juventude brasileira em situação de maior vulnerabilidade pessoal e social.



## Referências Bibliográficas:

ALBERGARIA, Jason. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico] : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/programasinstitucionais/inclusao-social-e-equidade/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-dacrianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)... Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/documentos/Socioeducacao2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/documentos/Socioeducacao2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Publicações. Brasília, DF: Conanda, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-deimprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acessado em: 10 abr. 2017.

CÂMARA, Raul Japiassú; SANTOS, Aderaldo Pereira. Padre Severino: da pessoa ao instituto. Rio de Janeiro: Novo DEGASE, 2013. Disponível em: <[http://www.degase.rj.gov.br/Publicacoes\\_degase/7%20Livro%20do%20Padre%20Severino.pdf](http://www.degase.rj.gov.br/Publicacoes_degase/7%20Livro%20do%20Padre%20Severino.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

CORREA JÚNIOR, Luiz Carlos de Azevedo. Direito do menor: Estatuto da Criança e do Adolescente, pátrio poder, adoção, guarda e tutela, ato infracional, modelos, jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1991.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e essência da ação socioeducativa. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, adolescente e ato infracional: Socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006a.

\_\_\_\_\_. As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

\_\_\_\_\_. Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c.

\_\_\_\_\_. “O novo Direito da Criança e do Adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo das mudanças no panorama legal”. In Municipalização: possibilidade ou realidade. Cadernos CBIA, n. 2. Rio de Janeiro: CBIA, jan/fev 1992, p. 12.

\_\_\_\_\_. Os regimes de atendimento no estatuto da criança e do adolescente: perspectivas e desafios. Brasília Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006. 84 p.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS. Secretaria de Educação. Caderno de Alinhamento Estratégico. Novo DEGASE: Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Portaria conjunta APERJ/DEGASE nº 12. Novo DEGASE: Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Socioeducação: legislação, normativas e diretrizes nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Novo DEGASE, 2013. 2 v. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/documentos/Socioeducacao2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 18.493, de 26 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a criação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Novo DEGASE. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. Ato Infracional e Direitos Humanos: a internação de adolescentes em conflito com a lei. Campinas, SP: Serande Editora, 2014.

MOCELIN, Marcia Regina. Adolescência em conflito com a lei. Curitiba: Instituto Memória – Centro de Estudos da Contemporaneidade. 2015.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PASTORELLI, Ivanéia Maria. Manual de imprensa e a mídia: do estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Orange Star, 2001.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Evitar o desperdício de vidas. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

XAVIER, Jean Maciel. Diagnóstico da gestão de documentos no Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Novo DEGASE / Jean Maciel Xavier. – Rio de Janeiro, 2017.



**Presidente do Instituto Terra Nova**  
**Marco Antônio Gomes**

**Coordenação Geral**  
**Cícero Nogueira**

**Coordenação Pedagógica**  
**Ana Paula Degani**

**Assessoria Pedagógica**  
**Márcia Serqueira**

**Assessoria Administrativa**  
**Kelly Figueiredo**  
**Miriam Serqueira**

**Organização**  
**Ana Paula Degani**

**Autores**  
**Rede Emancipa Degase**  
**Grupo Preto de Psicologia Imárle**  
**Rede Crio - Rede de Associações para as Crianças do Rio**

**Colaborador:**  
**Departamento Geral de Ações Socioeducativas**

**Revisão**  
**Ana Paula Degani**

**Projeto Gráfico**  
**Leandro Antony**

**“O sol há de brilhar mais uma vez!  
A luz há de chegar nos corações...  
O mal será queimada a semente...**

**O amor será eterno novamente!  
É o Juízo Final, a história do bem e do mal  
Quero ter olhos pra ver, a maldade desaparecer...”**

**Beth Carvalho, Música: Juízo Final**

